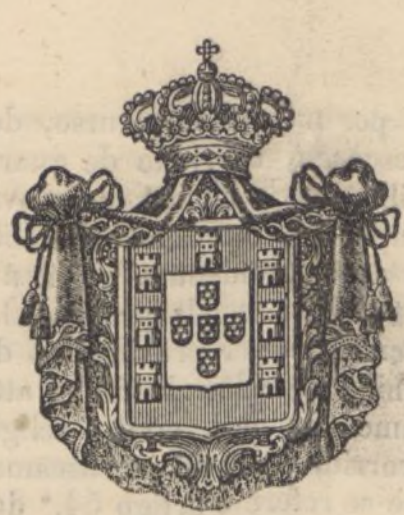


PREÇOS
ASSIGNATURAS
SEM ESTAMPILHA
Por um anno 10\$000
Por seis mezes 6\$600
Por tres mezes 3\$600
Avulso por folha \$040
Anuncios, por linha \$060

Anno 1860—Numero 137



Terça-feira 19 de junho

PREÇOS
ASSIGNATURAS
COM ESTAMPILHA
Por um anno 12\$000
Por seis mezes 8\$000
Por tres mezes 4\$600
Comunicados e correspondencias,
por linha \$060

DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

As pessoas que quizerem subscriver para o DIARIO DE LISBOA no 2.º semestre e 3.º trimestre do corrente anno podem dirigir-se á loja da venda do mesmo DIARIO, na rua Augusta n.º 224: os preços da assignatura são os seguintes:

COM ESTAMPILHA
Semestre 6\$600 réis
Trimestre 3\$600
SEM ESTAMPILHA
Semestre 5\$600 réis
Trimestre 3\$000

A correspondencia para as assignaturas deve ser dirigida á referida loja, estampilhada e acompanhada da respectiva quantia. Os srs. assignantes do 1.º semestre e 2.º trimestre, que não quizerem soffrer interrupção na remessa do DIARIO, deverão em tempo renovar a sua assignatura.

Suas Magestades passam sem novidade em sua importante saude.

Sua alteza o serenissimo senhor infante D. Luiz foi accommetido no dia 17 d'este mez de uma febre que, tomando a forma intermittente terça, repetiu hoje ás seis horas da manhã, e terminou pelas tres da tarde. Este estado, repetição de outro similhante, occorrido no mez de maio proximo, exige tratamento apropriado, que não permite a sua alteza o emprehender viagem na actualidade.

Paço das Necessidades, 18 de junho de 1860.
—Barão da Silveira—Dr. Bernardino Antonio Gomes.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição—1.ª Secção
Sendo me presente a representação em que a camara municipal de Santarem, expõe os graves prejuizos que têm resultado aos povos do seu concelho e ao cofre do municipio de serem julgados no juizo de policia correccional as causas relativas a coimas, policia municipal ou transgressões de posturas, pede a revogação do decreto de 21 de dezembro de 1853, que transferiu dos juizes eleitos para o juizo correccional o julgamento das ditas causas; e attendendo á informação documentada do governador civil respectivo, pela qual se acham confirmadas as razões da utilidade publica e municipal, adduzidas em abono d'esta pretensão: hei por bem, usando da faculdade concedida ao governo pela lei de 18 de abril do anno passado, revogar o referido decreto de 21 de dezembro de 1853, na parte que respecta ao concelho de Santarem, a fim do que nas freguezias que o compõem reverta para os competentes juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 31 de maio de 1860.—REI.
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

DIRECÇÃO GERAL DE INSTRUÇÃO PUBLICA

1.ª Repartição
Ill.º e ex.º sr.—Cumprindo que os commissarios dos estudos e administradores de concelho tenham conhecimento do movimento do pessoal do magisterio na instrução primaria e secundaria nos respectivos districtos e concelhos, a fim de fiscalisarem o serviço escolar, e exigirem dos individuos nomeados para os diversos cargos do ensino publico o exacto cumprimento dos seus deveres; sirva-se v. ex.ª, logo que no *Diario de Lisboa* se publicarem despachos para a instrução primaria e secundaria no districto a seu cargo, transmitti-los, por copia autentica, aos commissarios dos estudos e administradores de concelho, onde existirem os estabelecimentos ou escolas para que tiver logar a nomeação, a fim de que as referidas autoridades façam intimar os agraciados para solicitarem os seus diplomas, e entrem em exercicio dentro do prazo legal.

Deus guarde a v. ex.ª Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 5 de junho de 1860.—Ill.º e ex.º sr. governador civil do districto de Angra do Heroismo.—José Maria de Abreu, director geral.

Identicos a todos os governadores civis dos districtos.
Ill.º e ex.º sr.—Remetto a v. ex.ª a inclusa relação das escolas d'esse districto, pelas quaes deve ser distribuido o jornal intitulado *Archivo Pitagorico*, que a sociedade *Madrepatria*, composta de subditos portuguezes no Rio de Janeiro, escolheu e assignou com o fim de ser dado gratuitamente ás escolas primarias de Portugal. Os dois exemplares que acompanham este officio, correspondentes aos mezes de março e abril do corrente anno, e que são os primeiros do 3.º volume do dito jornal, e todos os mais folhetos que successivamente forem remetidos, devem ser archivados pelo professor ou mestre da escola a que se destinam, para que, estando completo o volume, seja este entregue a titulo de premio ao discipulo ou discipula que o merecer pelo seu distincto aproveitamento.

Sirva-se portanto v. ex.ª passar as ordens necessarias para o fim indicado, e tambem para que seja enviada a esta direcção uma nota explicativa dos alumnos em que tiverem recaido os premios, por isso que têm seus nomes de ser publicados no mesmo jornal, conforme os desejos da benemerita sociedade que os manda repartir.

Deus guarde a v. ex.ª Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 11 de junho de 1860.—Ill.º e ex.º sr. governador civil do districto de Aveiro.—José Maria de Abreu, director geral.

Pela direcção geral de instrução publica no ministerio do reino se hão de prover, precedendo concurso de sessenta dias, que principiará em 23 do corrente mez, perante os respectivos commissarios dos estudos, as cadeiras de instrução primaria (1.º grau) de Amarante, Assento, Bomfim, Escorregadoura, Lixa, Mattosinhos, Povoa de Varzim (a 1.ª), Santa Marinha do Zezere, S. Thiago de Bougado, S. Thiago da Carreira, S. Thomé de Negrellos, e Villa Boa do Bispo, no districto do Porto; Aregos e Casal de Vidona, no de Vizeu; cada uma com o ordenado annual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pelas camaras municipais respectivas; tendo, alem d'isso, a do Assento casa e mobilia pela junta de parochia de Jagueiros.

Os que pretenderem ser providos nas ditas cadeiras se habilitarão com certidão de idade de 21 annos completos; attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, passados pelo parochio, pela camara municipal, e pelo administrador do concelho ou concelhos, onde tiverem residido os ultimos tres annos; certidões de folha corrida e de isenção do serviço militar, na conformidade da lei de 27 de julho de 1855; e documento por onde provem que não padecem molestia contagiosa; tudo reconhecido e sellado. E logo que finde o prazo acima marcado lhes será assignado dia e hora para os exames na forma do regulamento respectivo, e do programma já publicado.

Secretaria d'estado dos negocios do reino, em 16 de junho de 1860.—O conselheiro director geral, José Maria de Abreu.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

1.ª Repartição
Sua Magestade El-Rei ha por bem, em vista da informação e parecer do reverendo archbispo primaz de Braga, resolver que se abra concurso para o provimento das igrejas parochias vagas na diocese primaz, constantes da relação junta; observando-se, quanto aos actos do concurso, o que se acha determinado na portaria circular de 30 de agosto de 1847 (*Diario n.º 205*); e pelo que respecta ao prazo d'elle o que se diz na portaria de 1 de fevereiro de 1849 (*Diario n.º 32*). O que o mesmo augusto senhor mandia assim participar ao reverendo archbispo primaz de Braga, para sua intelligencia e mais effectos.

Paço das Necessidades, em 5 de junho de 1860.
—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Relação das igrejas parochias vagas na diocese primaz de Braga, a que se refere a portaria dirigida n'esta data ao reverendo archbispo primaz de Braga
Castello Branco (Nossa Senhora da Assumpção), concelho do Mogadouro.
Navió (S. Salvador), dito de Ponte de Lima.
Pinho (Santa Martha), dito de Boticas.
Tazem (Nossa Senhora da Assumpção), dito de Valle Passos.

Trandeiras (S. Salvador), dito de Braga.
Varziella (S. Miguel), dito de Felgueiras.
Villa Frescainha (S. Pedro), dito de Barcellos.
Secretaria d'estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça, e direcção geral dos negocios ecclesiasticos, em 5 de junho de 1860.—Luiz de Freitas Branco, sub-director geral.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONALES

VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSOES

NA POSSE E ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA NACIONAL

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS

DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1832,

DECLARADO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1837,

COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vão andar em praça os fóros constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem em prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os fóros serão levados, bem como inibidos de lançar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837, e mais disposições posteriores.

Lista 1748

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 9 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE SANTAREM

CONCELHO DA CHAMUSCA

Comenda de Santa Maria do Pinheiro Grande

27381 Fóro de 2\$325 réis, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Vicente José Monteiro, e José Felix Pereira—40\$637.

27382 Fóro de 2\$250 réis, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria José do Nascimento—39\$375.

27383 Fóro de 1\$500 réis, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria Victoria Raposo—26\$250.

27384 Fóro de dezoito alqueires e tres quartas de centeo, imposto em uma coutada, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Manuel Pires Fernandes—77\$083.

27385 Fóro de doze alqueires e tres oitavas de milho, imposto em uma vinha de quatorze astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria do Espirito Santo—59\$125.

27386 Fóro de oito alqueires e sete dezeses avos de milho, imposto em uma vinha de oito astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Rosalia da Matta—40\$312.

27387 Fóro de oito alqueires e cinco oitavas de milho, imposto em uma vinha, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria do Espirito Santo—41\$208.

27388 Fóro de cinco alqueires e uma quarta de milho, e tres quartos de uma gallinha, imposto em uma vinha, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria do Espirito Santo Moy—28\$083.

27389 Fóro de seis alqueires de milho, imposto em uma coureira, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria do Espirito Santo Moy—28\$666.

27390 Fóro de dezoito gallinhas, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Maria do Espirito Santo Moy—48\$000.

27391 Fóro de 2\$250 réis, e dois frangãos e um quarto, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta José Antunes Barbo—39\$375.

27392 Fóro de 1\$275 réis, imposto em umas casas, no logar do Pinheiro. Emphyteuta João Thomás—22\$812.

27393 Fóro de quatro alqueires e sete oitavas de milho, e tres quartos de um frangão, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Bernardino Vaz Monteiro—24\$208.

27394 Fóro de quatro gallinhas e meia, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Rosa Maria do Carmo—12\$000.

Somma R. 525\$686

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 29 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

Lista 1749

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 10 DE JULHO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º do decreto de 21 de outubro de 1852

DISTRICTO DE SANTAREM

CONCELHO DE SANTAREM

Extincta fabrica das sedas

Fóros que se pagavam á quinta de S. Silvestre em Pernes

27395 Fóro de trinta alqueires de cevada, com vencimento em 15 de agosto, imposto em dez astins de vinha em Alvisquer. Emphyteuta Claudio Pereira Sampaio—125\$000.

27396 Fóro de uma gallinha, com vencimento

Relação n.º 35, com referencia ao districto de Leiria, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue ao interessado, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DO AGRACIADO	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANUAL		MESES
11:895	-	Pensões	38	Manuel de Almeida Branco (padre)	Pens.ª de consideração	108\$000	9\$000	Começa o abono no 1.º de maio ultimo.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 6 de junho de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 36, com referencia ao districto de Leiria, do titulo de renda vitalicia que se remette pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de ser entregue á interessada, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que tem de ser pago pelo respectivo cofre central

NUMERO DO TITULO		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÃO	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOME DA AGRACIADA	CLASSE INACTIVA A QUE FICA PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANUAL		MESES
11:896	-	Pensões	38	Maria do Nascimento Carreira Coelho	Pens.ª de consideração	67\$500	5\$625	Começa o abono no 1.º do corrente mez.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 11 de junho de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

Relação n.º 925, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO					OBSERVAÇÕES	
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRACIADAS	CLASSES INACTIVAS A QUE TEM PERTENCENDO	VENCIMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		
						ANUAL	MESES	
11:897	-	Pensões	38	Anna Guedes dos Santos Almeida.....	Pens. ^{1a} de consideração	64\$800	5\$400	Começa o abono em 4 de abril ultimo.
11:898	-	"	"	Maria Guedes dos Santos Almeida.....	Idem	64\$800	5\$400	Idem.
11:899	-	"	"	Mathilde Candida Carreira Coelho.....	Idem	67\$500	5\$625	Idem no 1.º de corrente mez.
11:900	-	"	"	Therza da Costa Sousa de Macedo (D.).....	Pens. ^{1a} de monte pio de consideração	135\$000	11\$250	Idem em 23 de abril de 1857.

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 11 de junho de 1860.—Alexandre José da Silva e Almeida.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA GUERRA

2.ª Direcção—2.ª Repartição

Em conformidade da carta de lei de 24 de agosto de 1848, se annuncia haver requerido por este ministerio Antonio Rodrigues Coelho o abono dos vencimentos em divida a seu finado filho Rodrigo Antonio Coelho, que era alferes do regimento de infantaria n.º 6; a fim de que, se houver quem se julgue com direito aos referidos vencimentos, o venha deduzir dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição central

Tendo-se aberto concurso para o provimento do logar de contador da intendencia das obras publicas do districto de Lisboa, vago por fallecimento de José Justino Manitti, sem que a elle comparecesse algum dos empregados designados no artigo 9.º do decreto de 23 de dezembro de 1852; e tomando em consideração o merecimento do aspirante de primeira classe da repartição de fazenda do dis-

pelo Natal, imposto em um bocado de olival ao Carvalhal. Emphyteuta João Antunes—3\$445.

27397 Fóro de quatro alqueires de trigo, com vencimento em 15 de agosto, imposto em terra de pão e olival, no Valle de Arabia. Emphyteuta Joaquim da Costa Faria—31\$558.

27398 Fóro de dois alqueires de trigo, com vencimento em 15 de agosto, imposto em terra, olival, matto e bacello no Valle da Luz. Emphyteuta Antonio da Silva do Outeiro—15\$783.

27399 Fóro de tres alqueires de trigo, com vencimento em 15 de agosto, imposto em terra, olival e arvoredos na estrada da Foz. Emphyteuta Joaquim Cadima da Costa—23\$666.

27400 Fóro de 2\$400 réis, com vencimento pelo Natal, imposto em casas de sobrados e lojas na villa de Pernes. Emphyteuta Filipe José—42\$000.

27401 Fóro de tres alqueires e meio de trigo, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha, olival e matto em Valle de Gongoal. Emphyteuta Antonio Ferreira, da Chã de Baixo—27\$612.

27402 Fóro de um alqueire de trigo, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha, terra e olival em Valle de Gongoal. Emphyteuta José da Silva da Marianna, do logar do Outeiro—7\$891.

27403 Fóro de tres alqueires de trigo, com vencimento em 15 de agosto, imposto em uma vinha, olival e matto em Valle de Gongoal. Emphyteuta Francisco da Silva, da Chã de Baixo—23\$666.

CONCELHO DA CHAMUSCA

Comenda de Santa Maria do Pinheiro Grande

27404 Fóro de 2\$250 réis, e dois frangãos e um quarto, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Francisco da Costa—42\$125.

27405 Fóro de sete alqueires e meio de milho, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta João Fernandes—35\$833.

27406 Fóro de sete alqueires e meio de milho, e sete gallinhas e meia, imposto em umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Helena Lobato—55\$833.

27407 Fóro de treze alqueires e meio de milho, e treze gallinhas e meia, imposto em umas casas no logar do Pinheiro. Emphyteuta Joaquim Raposo—100\$500.

27408 Fóro de seis alqueires e nove dezeses avos de milho, imposto em uma vinha de seis astins, sita nos limites do logar do Pinheiro. Emphyteuta Francisco Pratas, de Ulme—31\$354.

27409 Fóro de quatro alqueires e meio de centeo, e tres frangãos e tres quartos, imposto em

umas casas, sitas no logar do Pinheiro. Emphyteutas José Mathias e Ignacio Trevas—23\$083.

Somma R. 589\$349

Declara-se que os fóros estão todos reduzidos, e que o laudemio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 29 de maio de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

RECTIFICACAOES

Na lista de venda de fóros n.º 1743, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 132, de 11 do corrente, onde está =Bens que foram da universidade de Coimbra=leia-se=Fóros que foram da universidade de Coimbra.

E na lista de venda de fóros n.º 1744, publicada no *Diario de Lisboa* n.º 133, de 12 do corrente mez, verba n.º 27333, onde está=4\$175=3\$482=leia-se só=3\$482=verba n.º 27334, onde está=5\$450=4\$566=leia-se só=4\$566=verba n.º 27335, onde está=10\$550=8\$841=leia-se só=8\$841=e verba n.º 27336, onde está=45\$900=38\$312=leia-se só=38\$312.

1.ª Repartição

Relação dos fóros que pediram remir fóros que pagam á fazenda nacional, e que foram deferidos na semana proxima finda, os quaes em cumprimento do artigo 6.º do decreto de 21 de outubro de 1852 devem effectuar o pagamento no prazo de trinta dias, contados das datas dos respectivos despachos.

Emphyteuta Gertrudes Rosa—fóro de 500 réis—despacho de 12 de junho de 1860.

Dito, João Baptista Canha—fóro de uma gallinha, e o quarto da novidade ou tres alqueires de trigo; 1 gallinha, e o quarto da novidade ou almuê e meio de vinho—idem.

Dito, Joaquim Antonio da Fonseca—fóro de 2\$000 réis,

SECÇÃO DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO DO CONSELHO DE ESTADO

José Gabriel Holbeche, do conselho de Sua Magestade, moço fidalgo com exercício na sua real casa, bacharel formado em direito pela universidade de Coimbra, e secretário geral do conselho d'estado administrativo, etc.

Certifico que o ex.^{mo} conselheiro João de Sousa Pinto de Magalhães, servindo de presidente da secção do contencioso administrativo do conselho d'estado, leu, em audiência publica de hoje, na conformidade do disposto no artigo 86.^o do regulamento do tribunal, a copia do decreto de 14 do corrente mez de maio do teor seguinte:

Conformando-me com a consulta do conselho d'estado pela secção do contencioso administrativo, para que foi ouvido o ministerio publico, acerca dos recursos de recrutamento abaixo relacionados: hei por bem denegar provimento nos ditos recursos, a fim de que os respectivos mancebos recrutados fiquem sujeitos ao serviço do exercito, por não lhes aproveitar a disposição do n.^o 2.^o do artigo 8.^o da lei de 27 de julho de 1855; e no recurso n.^o 415, recorrente Manuel Fernandes, da freguezia de Folques, em vista do que dispõe a regra primeira do artigo 13.^o da lei citada.

Recurso n.^o 209—recorrente, José, filho de Luiz Francisco, da freguezia de Bellas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 309—recorrente, Manuel Pedro Camouso, por seu filho Joaquim, da freguezia de S. João das Lampas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 313—recorrente, Manuel Antonio, por seu filho Antonio, da freguezia de S. João das Lampas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 317—recorrente, José Francisco, por seu filho Domingos, da freguezia de S. Martinho, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 321—recorrente, Joaquim Filipe, por seu filho João, da freguezia de S. Martinho, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 329—recorrente, Manuel Pedro, por seu filho Firmino, da freguezia de Montelavar, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 333—recorrente, Thereza da Anunciação, por seu filho Agostinho, da freguezia de S. Martinho, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 341—recorrente, Quintino Vicente, por seu filho Manuel, da freguezia de S. João das Lampas, concelho de Cintra, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 347—recorrente, Antonio Nunes, da freguezia de Villar, concelho de Cadaval, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 353—recorrentes, Manuel Ferreira e sua mulher Candida Maria, por seu filho Antonio, da freguezia de Santo André da Cella, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.^o 361—recorrente, João da Silva, por seu filho Manuel, da freguezia de Aljubarrota, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.^o 365—recorrente, Antonio Jorge, por seu filho Agostinho, da freguezia do Vimeiro, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.^o 369—recorrente, José Barreiro, por seu filho Joaquim, da freguezia de Coz, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.^o 373—recorrente, João Bernardo, por seu parente José Medinho, filho de Anna Maria, da freguezia do Vimeiro, concelho de Alcobaca, districto de Leiria.

Recurso n.^o 377—recorrente, José da Fonseca, por seu filho Antonio, da freguezia de Oliveira, concelho de Meão Frio, districto de Villa Real.

Recurso n.^o 380—recorrente, Miguel Teixeira, filho de Antonio Teixeira, da freguezia de Cidade-lhe, concelho de Meão Frio, districto de Villa Real.

Recurso n.^o 381—recorrente, José Dias Pinheiro, por seu filho José Pinheiro, da freguezia de Oliveira, concelho de Meão Frio, districto de Villa Real.

Recurso n.^o 384—recorrente, José Monteiro Crespo, por seu filho Manuel, da freguezia de Cadima, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 385—recorrente, José Nogueira, por seu filho Luiz, da freguezia de Outil, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 386—recorrente, Maria Ignacia Fidalga, por seu filho Feliciano, da freguezia de Cordinhã, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 387—recorrente, Manuel dos Santos Martins, por seu filho Manuel, da freguezia de Covões, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 388—recorrente, Manuel Domingos Feitosa, por seu filho Antonio, da freguezia de Cadima, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 389—recorrente, Joaquim Gomes dos Santos, por seu filho José, da freguezia de Cadima, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 390—recorrente, José de Ramos, por seu filho Antonio, da freguezia das Febras, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 393—recorrente, Maria Jorge, por seu filho Joaquim, da freguezia da Tocha, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 394—recorrente, José Mendes da Cruz, por seu filho José, da freguezia da Porcariça, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 397—recorrente, Manuel dos Santos das Vinhas, da freguezia das Febras, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 399—recorrente, Manuel Jorge, por seu filho Joaquim, da freguezia de Outil, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 400—recorrente, Manuel da Costa, por seu filho Manuel, da freguezia das Febras, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 401—recorrente, Manuel Ferreira dos Santos, por seu filho João, da freguezia de Cordinhã, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 402—recorrente, Joaquim dos Santos Luz, por seu filho Joaquim, da freguezia de Covões, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 403—recorrente, Antonio Gomes da Costa, filho de Bernardino Gomes da Costa, da freguezia de Sarzedo, concelho de Arganil, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 411—recorrente, Antonio, filho de Jacinto da Costa, da freguezia e concelho de Arganil, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 415—recorrente, Manuel Fernandes, filho de outro, e de Maria Mora, da freguezia de Folques, concelho de Arganil, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 419—recorrente, José Lagoinha, por seu filho Antonio, da freguezia de Celorico, concelho de Arganil, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 421—recorrente, Anna Maricata, por seu filho Manuel, da freguezia da Tocha, concelho de Cantanhede, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 427—recorrente, Antonio Francisco de Christo, por seu filho João, da freguezia de Nossa Senhora da Encarnação de Olhalvo, concelho de Alemquer, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 429—recorrente, Antonio José Nunes, por seu filho Manuel, da freguezia e concelho de Arganil, districto de Coimbra.

Recurso n.^o 431—recorrente, Maria Vicencia, por seu filho João de Brito, da freguezia de Olhalvo, concelho de Alemquer, districto de Lisboa.

Recurso n.^o 433—recorrente, Manuel Antonio Melro, por seu filho Antonio, da freguezia e concelho de Vallongo, districto do Porto.

O ministro e secretario d'estado dos negocios do reino assim o tenha entendido e faça executar. Paço das Necessidades, em 14 de maio de 1860.—REI.—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello.

Está conforme.—Antonio de Roberto.

Para constar, e para os fins designados no artigo 40.^o da lei de 27 de julho de 1855, se passou a presente, que conferi com o chefe da respectiva repartição. Secretaria do conselho d'estado, em 23 de maio de 1860.—José Gabriel Holbeche, secretario geral.

Conferida.—O chefe da repartição do contencioso, João Antonio Ferreira de Passos.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal de Celorico de Basto, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento devidamente aprovado fl. 2, respectivo á camara municipal do concelho de Celorico de Basto, para o anno de 1852 a 1853, d'elle se manifesta que o rendimento d'esta camara, proprio do anno de que se trata, fora calculado tão sómente em 2:474\$085 réis, e que em taes termos, segundo a disposição expressa do n.^o 2.^o do artigo 11.^o do decreto de 19 de agosto ultimo, n.^o 1, não compete a este tribunal o julgamento da presente conta. Lisboa, 11 de maio de 1860.—Albergaria, relator.—Dr. Nogueira Soares—Larcher.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 26 de maio de 1860.—Caeetano Francisco Pereira Garces.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Estremoz, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que, visto o presente processo de ajustamento de conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Estremoz, pela sua gerencia no anno economico de 1852 a 1853, e mostrando-se pelo orçamento geral a fl. 3 que deduzidas as dividas activas na importancia de 1:154\$411 réis, e o saldo da conta do anno anterior na importancia de 284\$279 réis, fica sendo o rendimento proprio do anno a quantia de 2:989\$914 réis, não compete ao tribunal o julgamento d'este processo, em vista da expressa determinação do n.^o 2.^o do artigo 11.^o do decreto com força de lei de 19 de agosto de 1859.

Tribunal de contas, 11 de maio de 1860.—Larcher—Albergaria—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 26 de maio de 1860.—Caeetano Francisco Pereira Garces.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Antonio Marques da Silva, como recebedor do concelho de Alverca, desde o 1.^o de julho até 31 de dezembro de 1849, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o processo de julgamento de contas do responsavel Antonio Marques da Silva, recebedor do concelho de Alverca, com respeito ao prazo que decorreu desde o 1.^o de julho até 31 de dezembro de 1849; visto o estado de conta a fl. 2, e documentos que a comprovam; visto o relatório da direcção a fl. 9, e ouvido o fiscal da fazenda; mostra-se do citado estado de conta a fl. 2, que ha conta o mencionado responsavel um saldo de réis 8:831\$370; mostra-se que o mesmo responsavel sendo citado para allegar o que lhe conviesse em sua defesa não compareceu no prazo legal; portanto e pelo mais que do processo consta condemnamos o mencionado responsavel no referido saldo de 8:831\$370 réis e nos juros respectivos vencidos e que se vencerem até integral embolso desde a mora, na conformidade do artigo 32.^o da carta de lei de 26 de agosto de 1838, declarada de execução permanente pelo artigo 4.^o da de 9 de julho de 1849.

Lisboa, 18 de maio de 1860.—Dr. Nogueira Soares, relator.—Albergaria—Lara.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 26 de maio de 1860.—Caeetano Francisco Pereira Garces.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade de Vicente Francisco Ribeiro, como recebedor do concelho de Alcaer do Sal, desde 1 de julho de 1856 até 30 de junho de 1859, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas, etc.: que visto o processo do julgamento de contas do responsavel Vicente Francisco Ribeiro, como recebedor do concelho de Alcaer do Sal de 1 de julho de 1856 até 30 de junho de 1859; mostra-se pelo estado da conta fl. 203, que o debito é igual ao credito, por se terem juntado por parte do dito responsavel os documentos a fl. 41 a 201 inclusivé, que demonstram ter elle entrado nos cofres do estado com a quantia de 61:054\$573 réis, importância do saldo que havia contra elle pelo primeiro estado de conta fl. 1 e 2; mostra-se porém pelo mesmo estado de conta fl. 1 e 2, que passaram por balanço para a conta do anno seguinte em documentos de cobrança 36:868\$959 réis; portanto e mais dos autos julgam a conta justa nos termos acima referidos, e quite e livre o responsavel para a fazenda publica, com a condição porém de que na conta do anno de 1859 a 1860 responderá pela sobredita importância de réis 36:868\$959 em documentos de cobrança, que lhe passaram por balanço.

Lisboa, 18 de maio de 1860.—Dr. Nogueira Soares—Lara—Albergaria.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 26 de maio de 1860.—Caeetano Francisco Pereira Garces.

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Alemquer, no anno economico de 1852 a 1853, se proferiu o acórdão do teor seguinte:

Accordam os do conselho no tribunal de contas: que visto o orçamento geral de fl. 1-A, e o orçamento suplementar de fl. 4, pelos quaes se mostra que a receita da camara municipal do concelho de Alemquer, no anno economico de 1852 a 1853, não prefaz a quantia de 4:000\$000 réis; e que visto o n.^o 2.^o do artigo 11.^o do decreto com força de lei de 19 de agosto do anno proximo passado; não compete ao tribunal o julgamento da conta da referida camara no dito anno economico.

Lisboa, 18 de maio de 1860.—Margiochi, relator.—Albergaria—Larcher.—Dr. Nogueira Soares.—Fui presente, Ramiro Coutinho.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 29 de maio de 1860.—Caeetano Francisco Pereira Garces.

CONSELHO ULTRAMARINO

Por espaço de sessenta dias, contados da data da publicação do presente annuncio, recebem-se requerimentos na secretaria do conselho ultramarino para

o provimento, por meio de concurso, do lugar de escrivão da descarga, servindo de guarda-mór da alfandega da ilha de S. Thomé, na provincia de S. Thomé e Príncipe, com o ordenado de 160\$000 réis, e 60\$000 réis de emolumentos, afóra a respectiva percentagem, tudo em moeda provincial.

Os que pretendem ser providos no dito emprego deverão exhibir certidão de idade, attestados de bom comportamento moral, civil e religioso, certidão de folha corrida, e a de recenseamento e roteamento a que se refere o artigo 54.^o da lei de 27 de julho de 1855, documentos com que provem as suas habilitações litterarias, e os empregos que tiverem servido, com certidão de corrente dos de responsabilidade fiscal. Todos os citados documentos deverão ser originaes.

Secretaria do conselho ultramarino, em 12 de junho de 1860.—No impedimento do secretario, Antonio Julio de Castro Pinto Magalhães, 1.^o official.

José Maria Rodrigues, escrivão do tribunal da relação de Lisboa, por Sua Magestade El-Rei, que Deus guarde, etc.

Certifico que sou escrivão de uns autos crimes de querela; querela; o ministerio publico; querelado, o bacharel Manuel Joaquim Maciel, delegado do procurador regio na comarca de Lagos; e nos mesmos autos a fl. 162 se acha o acórdão que do teor seguinte: Accordam em relação, reunidas as suas secções, que julgam a final não provada a accusação proposta pelo ministerio publico no libello fl. 86 contra o réu Manuel Joaquim Maciel, delegado do procurador regio na comarca de Lagos, vistos os autos. Por quanto as testemunhas dadas no plenário pelo ministerio publico, quando todas as inquiridas fossem dentro do prazo legal, não provam que o réu na qualidade de advogado de D. Maria Clementina do Carmo Corte Real, viuva, movesse ou induzisse o padre Eugenio Francisco da Costa Pires a passar os recibos ou certidões ex-fl. 13 v. até 18 v., visto como todas se referem tão sómente ao dito do mencionado padre, o qual se mostra absolvido da accusação que o ministerio publico lhe promoveu como auctor dos referidos recibos, que nem foram julgados falsos; acrescentando a isto, que as testemunhas da accusação, a par do juiz instructor do processo em primeira instancia, se mostraram, pelas testemunhas e documentos da defeza, suspeitas e parciais contra o réu accusado, ao qual portanto, e pelo mais dos autos, absolvem e mandam, que, dando-se-lhe baixa na culpa, seja posto em liberdade, não estando por al preso, e sem causas ex-causa. Lisboa, 12 de junho de 1860.

Rebello Cabral—Novas—Quirino Chaves—Ferreira Lima—Silva Lobo—Magalhães—Silva Pereira—Amado—Paredes—Moura Cabral—Campos Henriques—Lopes—Godinho—Alves de Sá—Pessoa—Fernandes Coelho—Moura Coutinho—Netto.—Fui presente, Faria Azevedo. Nada mais se contém no referido acórdão, que para aqui foi extrahir por certidão dos proprios autos, de que em fé de verdade me reporto, e vae conferida e concertada com outro meu collega como abaixo assignado. Dada e passada em Lisboa, aos 16 de junho do anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de 1860. E eu José Maria Rodrigues a subscreevi, rubriquei e assigno.—José Maria Rodrigues.

Conferida e concertada por nós escrivães.—Rodrigo José Dias Lopes de Vasconcellos—José Maria Rodrigues.

CAMARA ECCLESIASTICA

Pela camara ecclesiastica do patriarchado de Lisboa, em virtude das determinações do eminentissimo e reverendissimo senhor cardeal patriarcha, se annuncia que o concurso para o provimento da parochial igreja de Nossa Senhora dos Anjos d'esta capital ha de ter logar nos dias 27 e 28 do corrente mez de junho na sala do tribunal da relação ecclesiastica, devendo os oppositores comparecer nos referidos dias ás oito horas da manhã.

Lisboa, 18 de junho de 1860.—O secretario da camara patriarchal, Daniel Ferreira de Mattos.

REPARTIÇÃO DE SAUDE DO EXERCITO

Quem quizer fornecer quatrocentas arrobas de palha de centeio para enxergas, e cincoenta arrobas de palha de milho para alfomadinhas, póde comparecer no hospital militar permanente de Lisboa, á Estrella, no dia 20 do corrente mez, pelas dez horas da manhã, onde serão recebidas as respectivas propostas em carta fechada.

Em 14 de junho de 1860.—O cirurgião em chefe do exercito, Francisco de Assumpção.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda publicar a taxa das gratificações, que estão marcadas no programma do corrente anno, para os mestres de officinas ou fabricas, ou donos de lojas, que desejarem tomar aprendizos ou caixeiros de entre os alumnos da casa pia, que estão nas circumstancias de receber aquelle destino.

As ditas gratificações são de tres classes: 20\$000 réis, 25\$000 réis, 30\$000 réis. Serão fixadas segundo as circumstancias do alumno, e a natureza do aprendizado a que elle se destinar, e pagas no fim do primeiro anno do aprendizado.

No fim do segundo anno do aprendizado pagar-se-ha metade das gratificações, que se houver fixado para o primeiro anno d'elle.

Os alumnos levam tambem o seu futo, e a roupa do seu uso, e em certos casos cama.

As pessoas, que desejarem quaesquer outros esclarecimentos a este respeito, poderão dirigir-se ao director da casa pia, que lh'os poderá prestar.

A administração julga que o conhecimento d'estas circumstancias, junto ao que pelos annuncios anteriores já tem levado ao conhecimento do publico com a verdade e a franqueza com que se lhe deve fallar sempre, continuará a promover a saída dos orphãos d'esta casa, tão necessaria para se ultimar a execução das disposições reclamadas para a salubridade d'ella, e tão util por este modo, que dá aos alumnos um destino conveniente.

Belem, 18 de junho de 1860.—O director, Francisco de Paula Heitz.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairão, a 21 do corrente, para a Madeira, o patacho Cruz 1.^o; a 23, para S. Miguel, o patacho Mathilde Adelaide; e a 30, para o Pará, a barca Neride.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, em 18 de junho de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

CARTAS E JORNAL RETIDOS POR FALTA DE SELLOS Para Lisboa

Amorim (sr.), Antonio Augusto Pedrosa, Antonio de Sousa, Anna Luiza das Neves—Bento—Custodio—Duqueza de Palmella—Francisco Frederico Ho-

pffer—Germano Serrão Arnaud—João Bernardo Lopes, João Carlos de Sousa Lixa, Joaquim Francisco, Joaquim Gomes Serra, Joaquim José Ferreira, Julio Torriggioni, Josefina do Nascimento, Joana Forman—Luiz Vicente de Afonseca—Manuel de Oliveira Chabancia, Maria da Conceição, Maria Eugénia da Costa, Maria Magdalena Magiolo—Norberto Sergio da Fonseca e Sousa—Redactor do Agapito—Saundero (miss)—Thomás Donthath—Visconde da Luz, Violante Thereza de Jesus e Brito.

CARTAS RETIDAS POR FALTA DE FRANQUIA Para New York

J. A. Machado, J. S. Maya Ferreira—Mosés Benros.

Administração central do correio de Lisboa, em 18 de junho de 1860.

ARSENAL DO EXERCITO

O arsenal do exercito ha de contratar em hasta publica no dia 23 do corrente, pela uma hora da tarde, o fornecimento de tres a seis mil arrobas de palha de centeio de boa qualidade, e posta no caes do guindaste livre de quaesquer despesas.

As pessoas a quem o dito contrato convenha devem comparecer com as suas propostas no indicado dia e hora, na sala das sessões da commissão permanente do mesmo arsenal, perante a qual terá logar a licitação; e que presta desde já quaesquer esclarecimentos que a este respeito os interessados pretendam.

Commissão permanente do arsenal do exercito, 8 de junho de 1860.—J. M. Ceciliano Rodrigues, capitão de artilheria, presidente da commissão.

PARTE NÃO OFFICIAL CORTES

CAMARA DOS DIGNOS PARES

EXTRACTO DA SESSÃO DE 11 DE JUNHO PRESIDENTE O EX.^{mo} SR. VISCONDE DE LABRIM VICE-PRESIDENTE

Secretarios: os dignos pares Conde de Mello (D. Pedro Brito do Rio.

(Assistia o sr. presidente do conselho.)

As duas horas e meia da tarde, achando-se presente numero legal, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

Leu-se a acta da precedente sessão, que, na conformidade do regimento, se julgou approvada por não haver reclamação em contrario.

Deu-se conta da seguinte

CORRESPONDENCIA

Um officio do ministerio da fazenda, enviando um autographo do decreto das cortezas, sob n.^o 8.—Para o archivo.

O sr. Secretario.—da imprensa foi enviado a esta camara o projecto de lei do sr. conde de Bomfim, sobre a organização dos officiaes da armada.—Vae remetido á commissão de marinha.

O sr. Visconde de Gouveia.—sr. presidente, em uma das sessões passadas apresentei nesta camara uma proposta relativa á publicação das sessões: v. ex.^a respondeu-me, por parte da mesa, que esperava na sessão seguinte dar alguns esclarecimentos depois de haver fallado com os empregados da secretaria, e corpo tachygraphico. Segundo estou informado, v. ex.^a já procedeu a essas averiguações e já a mesa está illucidada e habilitada para responder sobre este objecto.

Peço portanto que seja discutida a minha proposta, antes de se discutir aquella que tambem está dada para ordem do dia, e que diz respeito ao augmento dos vencimentos dos empregados d'esta casa.

O sr. secretario Conde de Mello.—fez leitura da proposta do digno par o sr. visconde de Gouveia, já publicada n'uma das anteriores sessões.

Continuou dizendo que a camara já ouvira ler as observações que sobre este requerimento fez o chefe da repartição tachygraphica, assim como teve conhecimento de outras informações dadas pelo official maior da secretaria d'esta camara.

(O sr. Visconde de Fontes Arcada.—peço a palavra sobre este objecto.)

Estava tambem autorisado para dizer que o sr. visconde de Gouveia se reuniu com elle secretario, e com os chefes das repartições d'esta casa, para conferenciarem sobre o assumpto, e parece-lhe que d'esta conferencia resultou fazerem-se algumas alterações na proposta de s. ex.^a.

O sr. Visconde de Gouveia.—eu peço a palavra para apresentar um artigo transitorio sobre este objecto.

O sr. Presidente.—tem a palavra.

O Orador.—eu não farei mais considerações á camara sobre o objecto d'esta minha proposta, porque de sobejo as fiz quando ella se apresentou; e mesmo porque é um assumpto tão conhecido pela camara, e cuja discussão se tem ventilado tantas vezes, que seria inopportuno fazer novas observações; direi todavia, referindo-me ao que observou o digno par o sr. conde de Mello, na qualidade de secretario d'esta casa, que em virtude da conferencia que com s. ex.^a tive e com os chefes das repartições d'esta camara, me parece não haver duvida em se levar desde já a effecto o objecto d'esta proposta, fazendo-lhe apenas algumas pequenas modificações. Reduzem-se ao seguinte: que não sendo possivel que os extractos sejam tão extensos, como conviria, e como o são na camara dos srs. deputados, poderiam fazer-se mais succintos, mas verdadeiros e exactos; e irem-se aperfeiçoando e augmentando á maneira que o trabalho se regularisasse, e o quadro dos tachygraphos se alargasse.

Como a sessão está bastante adiantada, não conviria talvez que se erie n'esta legislatura o Diario da Camara, mas o que me parece conveniente é que ensaiemos o publicar as sessões na integra, no Diario de Lisboa, com aquelle intervallo necessario para os oradores reverem os seus discursos: e é n'este sentido que eu formulei um artigo addicional ou transitorio áquella proposta, o qual passo a ler (leu).

Com a publicação dos extractos e da integra no Diario de Lisboa já damos ás sessões a conveniente publicidade, e todas as garantias aos oradores, de que as suas opiniões serão fielmente reproduzidas. É um ensaio que devemos fazer no resto d'esta sessão. Para a seguinte podemos ter os extractos mais completos, e encetar a publicação de um Diario da Camara.

Artigo transitorio. Até o fim da presente sessão legislativa, as integras das sessões são publicadas no Diario de Lisboa. Lisboa, 11 de junho de 1860.—Visconde de Gouveia.

O sr. Visconde de Fontes Arcada.—principiou observando que o sr. conde de Mello lêra n'outra sessão o parecer...

O sr. secretario Conde de Mello.—rectificou não ter lido parecer algum, mas só uma informação dada pelo chefe da repartição tachygraphica d'esta camara.

</

Direi por esta occasião, que não posso accitar as razões que deu a mesa para que se não cumpram o que foi resolvido pela camara: e sabendo todos nós que a culpa não vem da repartição tachygraphica, porque a mesa declarou que esta cumpre sempre o que lhe foi determinado, entregando o seu trabalho no prazo marcado, segue-se então que a culpa vem de outros (apoiados): pois então seja a mesa inextinguível com esses taes, e sempre que um digno par não apresentar o seu discurso corrigido no devido tempo, faça imprimir a sessão pelo modo estatuido nas instrucções que providenciaram sobre este caso (apoiados).

Não posso conformar-me com a idéa do digno par visconde de Gouveia na parte em que s. ex.^a propõe, que se comece por agora fazendo-se extractos mais pequenos: pergunto eu, qual é a media que s. ex.^a estabelece para esses extractos, visto que os mais pequenos e maiores? Aonde acaba o mais curto, aonde chega o mais extenso? Não percebo, francamente o digo. A verdade é, que o publico fica sem saber o que aqui dizem, sempre que se não publica a integra: e como eu quero que se saiba com exactidão o que eu digo, porque quero que elle me julgue, e porque vejo que não é grande a demora do prazo que está marcado para a publicação, voto, pelas razões que dei, contra a proposta do digno par visconde de Gouveia (muitos apoiados).

O sr. secretario Conde de Mello:—pede licença para ler as instrucções que foram approvadas, e estão em vigor, para a publicação das sessões (leu). Estas instrucções tem sido cumpridas pela mesa, e é em virtude d'isso que a impressão das sessões tem sido ultimamente mais regular e menos demorada. Sempre que os dignos pares entregam a tempo os seus discursos, corrigidos, as sessões são publicadas com menor demora e dentro dos prazos marcados; mas quando succede o contrario então a consequencia é a demora da publicação, e ás vezes, como notou um digno par, tem ella sido bem grande, e isso por uma certa deferencia que havia para com os dignos pares oradores; desde porém que cessou essa deferencia, a publicação tem sido mais regular como o prova o facto de estar quasi em dia, e hoje só com o atraso de duas sessões.

É justo declarar por esta occasião que a repartição tachygraphica nenhuma culpa tem d'essa demora, porque cumpre com o seu dever apresentando a traducção das notas dentro do prazo que lhe está marcado.

O sr. Marquez de Vallada:—sendo, como é, um dos membros d'esta camara, que por varias vezes tem tomado parte n'esta materia, que não só é antiga, mas é já velha, agora dirá tambem algumas palavras.

Faz a devida justiça ao corpo tachygraphico, e tem a maior consideração não só pelo seu chefe mas tambem por todos os empregados, porque em verdade tornam-se d'isso merecedores (apoiados). Reconhece tambem o merecimento relativo de cada um d'elles, merecimento que não pôde ser igual em todos, porque isso depende do maior ou menor numero de annos de pratica, e de outras circunstancias: e por esta occasião referir, que tendo proferido aqui em certa sessão um discurso sobre materia importante e um pouco longo, apesar d'isso, elle appareceu logo no dia seguinte publicado com toda a exactidão no jornal que então havia intitulado—*A Patria*—e sabe que foi feito por um habil empregado do corpo tachygraphico. Não sendo porém todos ellos igualmente habéis, pelas attendíveis razões que já disse, resulta d'ahi o apparecerem inexactidões na versão das notas, o que dá muito trabalho a corrigir.

Elle orador tem ás vezes muita difficuldade em corrigir algumas notas tachygraphicas dos seus discursos, como já disse, e até lembrou ao sr. chefe da repartição tachygraphica, e ao sr. conselheiro director geral da secretaria, a conveniencia de tomar algumas providencias a este respeito. Todas as vezes que vem esta materia á discussão, pede a palavra o sr. visconde de Ponte Arcada, e toma parte n'ella o sr. visconde de Balsemão e elle, orador; depois segue-se o sr. visconde de Algea, que dá as suas razões com tanta lucidez, como costuma sempre esclarecer todas as materias, e por fim as cousas ficam no mesmo estado, e nunca se toma uma decisão definitiva. Ora tambem elle, orador, desejava que se podesse fazer alguma cousa para melhorar este negocio, de modo que os discursos dos dignos pares sejam conhecidos do publico com maior brevidade; mas parece-lhe que por ora se deve adoptar só o que está nas instrucções que o sr. secretario acabou de ler á camara, e se acham assignadas pelo sr. conselheiro Constanção.

Portanto, já se vê que elle, orador, entende tambem ser necessario tomar uma resolução definitiva, com relação ao corpo tachygraphico, para que elle possa proceder como se pratica na camara dos srs. deputados, porque os dignos pares têm ignas direitos, e tudo quanto n'esta camara se disser deve ser conhecido do publico (apoiados). Mas se isto é impossivel, por em quanto lembrava, como um alvitre, que a mesa se occupasse d'este assumpto, como a circumspecção que lhe é propria, e apresentasse á discussão alguma medida, de maneira que, aumentando o numero dos tachygraphos e os seus vencimentos, se conseguisse a prompta publicação das sessões (apoiados); pois quando não for isto, tudo mais será perdido, e não seria senão repetir as mesmas cousas que se têm dito quando se trata da questão, ficando por fim as cousas no mesmo estado.

Quizera concordar com o seu nobre amigo o sr. visconde de Gouveia, mas ha uma parte da sua proposta com que sente muito não se poder conformar, e é aquella em que diz: que o par do reino examinará o seu discurso uma hora depois de concluida a sessão....

O sr. Visconde de Gouveia:—é um direito que dá ao par para fazer o extracto do seu discurso.

O Orador:—continuu dizendo ser isso de uma grande difficuldade (apoiados). Portanto, elle, orador, não apresenta uma proposta em regra, offerece apenas estas idéas, que lembra á mesa, e lhe pede as tome na devida consideração.

O sr. Visconde de Balsemão:—não posso deixar de me conformar com as instrucções que ouvi ler na mesa, porque me parece que tudo mais, por ora, em quanto não tivermos um corpo tachygraphico completo, é trabalho baldado (apoiados). Entretanto não sou da opinião do digno par, quanto a haver um Diario particular d'esta camara, em que venham os discursos na sua integra, porque a experiencia tem mostrado que esses discursos publicados n'um Diario particular nunca são lidos, e a mim já me tem acontecido comprar algumas vezes nas mercaderias volumes e volumes do Diario das sessões dos srs. deputados, que nunca foram lidos, e tem servido só para emburrar confeitos. Portanto é uma cousa que considero inutil, e queria antes que os nossos discursos fossem impressos no Diario de Lisboa, como se pratica em França, onde as sessões das camaras são publicadas no *Moniteur*; porque entendo que, quando haja alguma inexactidão, o orador poderá apresentar a sua correção depois de ter lido o seu discurso, se não foi bem comprehendido pelo tachygrapho. Portanto eu acho que he menos inconveniente em que os discursos sejam publicados pelas notas tachygraphicas, como aqui são proferidos, e o publico os ouviu, do que da maneira por que actualmente está em pratica.

Eu não costumo nunca escrever os meus discursos,

so, fallo nas questões que se ventila n'esta camara como entendo, e declaro que não me posso queixar dos tachygraphos d'esta casa, porque muito poucas vezes tenho que emendar os discursos que me têm sido enviados, e quasi sempre acho n'elles o que eu digo. Eu não levo muitas horas a fallar na camara, mas n'esse pouco tempo que fallo, raras emendas tenho feito nas notas tachygraphicas dos meus discursos; e portanto assento que o melhor systema a este respeito é o que está estabelecido pela mesa. Em quanto não tivermos um corpo tachygraphico mais completo é inutil toda a despesa que se fizer com a publicação dos discursos na integra em um Diario privativo da camara, porque ninguem o lê, e para o publico não tem utilidade nenhuma, porque, se fosse mandado para todas as repartições e camaras municipaes, ainda algum o lia, mas de outro modo ninguem lê, e então peço que continue o que está estabelecido (apoiados).

O sr. Visconde de Athoquia:—principiu dizendo que todos os dignos pares concordam que a camara dos srs. deputados está mais bem servida do que esta, mas ainda não ouviu nenhum d'elles contestar a aptidão dos tachygraphos d'esta casa (apoiados), e então, elle orador, deve dizer qual é a causa d'esta differença. É porque na outra camara o numero dos tachygraphos é muito maior do que o d'esta casa (apoiados), e por consequencia se a organização actual não é a mesma ou semelhante em ambas as camaras, é porque se tem considerado separados os dois corpos tachygraphicos d'estes ramos colegisladores, e deve pois o chefe dos tachygraphos indicar á mesa qual o meio de evitar este inconveniente, a fim de poder fazer-se uma proposta de lei para serem adoptadas novas medidas a tal respeito (apoiados).

Se porém a idéa que, elle orador, já na sessão do anno passado apresentou poder ser adoptada, parece-lhe que se conseguirá o resultado que todos desejam, e isso depende da mesa combinar com o governo sobre este importante objecto.

Entende que os tachygraphos, tanto d'esta como da outra casa, são verdadeiros empregados publicos em todo o sentido, e então parece-lhe que para interesse publico, e tambem para interesse dos tachygraphos e dos redactores, se devia formar uma repartição do estado, composta dos corpos tachygraphicos de ambas as camaras, e unida a alguns dos ministerios, com as vantagens que fossem convenientes para compensar este penoso servico, e melhorar a situação actual e futura dos empregados d'esta especialidade (apoiados). Mas esta organização deve ser feita pela mesa de combinação com o governo, devendo o chefe da repartição tachygraphica ter tambem uma aula annexa a ella. Com esta organização poderia o governo distribuir por uma e outra camara, ouvido o chefe da repartição tachygraphica, os empregados necessarios para o servico do parlamento. Sem estes dois meios não entende que possa haver possibilidade de conseguir a prompta publicação das sessões, e o que, elle orador, tem ouvido até agora não pôde melhorar o estado em que este servico se acha.

Por consequencia desejava muito o que tem sido reconhecido por toda a camara, isto é, que a camara dos dignos pares não seja mais mal servida do que a outra camara; e se é preciso maior numero de tachygraphos diga o chefe dos tachygraphos, digam os redactores, e a camara, depois de discutir sobre as suas propostas, resolva como julgar mais conveniente, para levar a effecto os desejos de todos. Se porém a idéa que elle, orador, teve e foi approvada por um cavalleiro, que faz hoje parte do gabinete, para fazer da tachygraphia das duas camaras uma repartição do estado, for levada á pratica, então d'esse modo melhoraria muito este servico, e quando não fosse perfeitamente bom ao menos não era tão mau como actualmente.

Portanto declara que contra vontade, mas indo já tão adiantada como vae a sessão legislativa, vota antes pelo modo como até agora está regulada a publicação dos discursos; e quando a mesa faça com que se cumpra o que se acha estabelecido, elle, orador, está certo de que não ha de haver grande demora, existindo, como se vê nas instrucções, a penalidade para quando haja falta (apoiados).

O sr. Visconde de Gouveia:—sr. presidente, quando conheço que qualquer instituição é má, devo votar contra ella. E se com a reforma se lhe podem tirar os vícios, e tornar-se boa, devo propor os meios de a reformar e aperfeiçoar. Foi o que eu fiz. Eu ouvi dizer a todos os dignos pares, que me precederam, que o modo por que actualmente se fazia a publicação das sessões d'esta camara era pessimo; mas vejo tambem com grande admiração que todos concordam em que continue a subsistir o systema estabelecido (apoiados). E com isto é que eu não posso concordar de maneira nenhuma. Pois se este methodo é mau, como todos os dignos pares reconhecem, então acabemos com elle, e siga-se outro que seja melhor. (O sr. Barão da Vargem da Ordem:—eu peço a palavra.) Será por ventura a reforma impossivel? Parece-me que não. Mesmo com o pequeno numero de tachygraphos que temos, e sem aspirar logo á summa perfectibilidade, entendo que era possivel obter que fossem publicados com maior brevidade os nossos discursos na sua integra, como se pratica em Inglaterra e outros paizes. É já poderíamos ter feito o mesmo, e chegado até á perfeição ha muito tempo, porque o systema representativo não é tão novo em Portugal, que não conte algumas dezenas de annos de trabalhos parlamentares. Poderíamos já ter maior numero de tachygraphos sufficientes habilitados para chegar a esse estado de perfeição. Mas se infelizmente o não atingimos ainda, caminhamos ao menos para chegar ao ponto mais aproximado.

É por ventura aproximado da perfeição o estado em que nos achamos? Eu entendo que não. No systema representativo, um dos mais indispensaveis requisitos é a publicação das sessões das duas casas do parlamento; e, pergunto eu, temos nós essa publicação? Não a temos, porque esses extractos, que ahi apparecem pelos jornaes, são extractos que se fazem a cada sessão, são pela maior parte inexactos, e a publicação official, essa é muito demorada, e só apparece quando não ha interesse em a ler.

A publicação official tardia e extemporanea não se pôde admitir em um paiz livre, aonde a imprensa periodica tem o direito de publicar o extracto das sessões do parlamento. Estes, torno a diz-lo, são pela maior parte das vezes inexactos; e são assim por falta de informações, por falta de tachygraphos, e contra vontade por certo dos redactores. Isto é um grande mal, que precisamos remediar. Isto é peor que a falta de publicidade. É uma publicidade mentida, enganosa. Omite-se uma grande parte do que aqui se passa. E o que não se omite vem muitas vezes adulterado, attribuindo-se nos pensamentos e idéas, que nunca tivemos. Isto é uma decepção. Isto é falsear o systema representativo. Isto não pôde continuar.

Sr. presidente, não vejo as difficuldades que alguns dignos pares, de certo na melhor boa fé, allegam e receiam. E para isto basta ver o que se faz na camara dos srs. deputados; porque eu não quero dizer, nem supponho mesmo, que o corpo tachygraphico d'aquella camara seja mais perfeito do que o nosso, ninguem tem direito para dizer tal; portanto, se os extractos ali se fazem regularmente, não digo completos, mas o mais aproximadamente possivel, porque se não ha de fazer aqui o mesmo? Não será muito mais difficil fazer-se lá este trabalho, aonde ha maior numero de membros do parla-

mento, e portanto de oradores, mais sessões e mais prolongadas? Aqui falla-se muito pouco tempo, a duração das sessões é menor, e por isso me parece que não devemos recear que os extractos se não possam fazer com exactidão; alem d'isso, a minha nova proposta para a publicação dos extractos não traz consigo a idéa de que elles sejam tão completos como na outra camara, porque eu, á vista das difficuldades apresentadas, já me contento em que sejam par ora mais resumidos, com tanto que sejam fieis.

Disse o digno par o sr. barão de Porto de Moz, que não entendia a diminuição dos extractos; mas parece-me que ella se comprehende facilmente; que, publicando-se o principal pensamento e as principais razões em que se fundou o orador, teriamos um extracto que satisfaria a todos, e destruiria o mau effecto da suppressão e inexactidão do que aqui se passa. Nós não temos outro meio de obviar a este inconveniente, senão publicando na folha official um extracto em harmonia com a verdade, e que traduza pelo menos o nosso principal pensamento.

Vejo tambem que os dignos pares desejam que as integras das sessões se publiquem no Diario de Lisboa, e eu não faço d'isso grande questão; mas devo notar, que em todos os paizes, aonde ha systema representativo, ha Diario de Cortes, que é um livro que se pôde compulсар facilmente, e que se troca com os dos outros paizes. E não vejo razão por que o não deva haver entre nós; todavia, seja no Diario de Lisboa, seja em um diario especial, entendo que se devem publicar as integras das sessões, e ficam assim satisfeitos aquellos que desejam os discursos transcritos completamente. Mas de que eu não posso nem devo prescindir é da prompta e instantanea publicação dos extractos. Não posso prescindir d'isso, porque não comprehendo a realidade do systema representativo, independente d'essa instantanea publicidade. Em Inglaterra é essa publicidade tão prompta, que as primeiras partes de um discurso estão a publicar-se pela imprensa ainda antes que o orador tenha acabado ou encerrado o seu discurso. E note-se que ahi não se dá aos oradores o direito de revisão. Os discursos são como os coordena o redactor em chefe da camara, á vista das notas tachygraphicas. Se apparece alguma inexactidão, o orador reclama depois. O mesmo succede em outros paizes. Mas eu dou na minha proposta uma garantia aos oradores, que não se lhe concede tal direito a toda a parte; uma hora para elles proprios poderem fazer apresentar os seus extractos.

Eu, sr. presidente, tenho instado, insto, e hei de continuar a instar, seja qual for a resolução da camara, pela prompta publicação das sessões, porque venho de uma parte do paiz, aonde se estranha, de uma maneira desairosa para nós, que se não publicam regularmente os nossos trabalhos. Alguem pôde suppor morta esta camara, por não lhe ver sinais de vida. Eu tenho visto o mau effecto que esta demora produz em todo o paiz, e se em Lisboa se não estranha tanto, é porque as galerias são frequentadas, e o que aqui se passa corre de boca em boca; mas fora de Lisboa estranha-se, e estranha-se acremente esta falta; e eu entendo, torno a repeti-lo, que falseamos o systema representativo, não dando prompta publicidade aos nossos actos.

Eu não peço já uma grande reforma; desejo que se dê um passo, isto é, que se publique um extracto succinto das nossas sessões, embora se publiquem as integras quatro ou cinco dias depois. Parece-me portanto, sr. presidente, que podemos sair d'este estado anormal e inconveniente, ordenando desde já que se publiquem os extractos que propuz; e se o numero dos tachygraphos não é sufficiente, venham mais; se os ordenados que têm não são bastantes, aumentem-se-lhes; se é mister criar uma aula de tachygraphia mais perfeita do que a actual (se ella existe de facto), crie-se essa aula; e gratifiquem-se os alumnos. Se queremos o governo representativo, havemos de sujeitar-nos a todas as consequencias d'elle. Eu pela minha parte não prescindo d'esta.

Em conclusão, o que peço á camara é que demos o primeiro passo, e que caminheemos. Todos os dignos pares reconhecem que o actual systema de publicação é defeituoso. É mister sair d'elle; é a primeira necessidade. Se não confiam no remedio, faça-se ao menos o ensaio. Tudo é melhor que o extracto actual, que é a annullação de toda a verdade, e de todo o direito.

O sr. Barão da Vargem da Ordem:—persuade-se que a proposta que o digno par faz, ou o artigo transitorio que apresenta, nada adiantará com relação ao fim que todos desejam, que é a maior exactidão e brevidade possivel na publicação das sessões. O digno par quer que no dia immediato ao da sessão se publique um pequeno extracto d'ella no Diario de Lisboa, mas julgando este extracto insufficiente, e talvez mesmo defeituoso, quer que tambem n'aquelle Diario se publique depois a respectiva sessão na sua integra.

Esta questão não é nova, ou não é a primeira vez que se ventila n'esta camara; muitas vezes, e ha muito tempo que d'ella os dignos pares se têm occupado, e pôde dizer-se que quasi todas as sessões se ha tratado do modo da melhor e mais breve publicação dos trabalhos d'esta camara; e no entanto tem-se conhecido que o systema mais conveniente é o actualmente adoptado, uma vez que se cumpria á risca.

O corpo tachygraphico satisfaz sempre, sem falta alguma, como se tem demonstrado, á obrigação que lhe tem sido imposta (apoiados), entregando logo, no dia immediato ao da sessão, a versão das notas tachygraphicas; e a demora por conseguinte não provem dos tachygraphos, mas de alguns oradores, que não entregam, dentro do prazo que lhes está marcado, os seus discursos revisitos ou emendados, e isto, como disse o sr. secretario conde de Mello, por circunstancias que se deram em diferentes occasiões; mas o que é certo é que depois da resolução que se tomára, que se não esperasse pelos discursos de nenhum orador, as sessões têm sido publicadas com regularidade, e estão quasi em dia; e note a camara, que se para a publicação de uma longa sessão serão precisos quatro dias, quando houver pequenas sessões, bem poderão ser publicadas no dia immediato, ou quando muito d'ahi a dois dias; e assim, repete, continuando o systema adoptado, a camara terá conseguido a publicação das sessões com intervallo de muito pequeno espaço de tempo ao dia da ultima sessão. Agora o que é preciso é que o systema seja inexoravelmente executado, tanto em relação aos dignos pares, como aos srs. ministros, cumprindo-se á risca as instrucções d'esta camara, porque d'este modo todos ficarão satisfeitos.

Portanto, repete, o melhor systema é o actualmente adoptado; mas para que elle seja uma realidade, é necessario que a mesa seja inexoravel no cumprimento das instrucções que o sr. secretario conde de Mello acabava de ler.

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—replica ao digno par o sr. visconde de Gouveia, que disse que os extractos das sessões d'esta camara apparecem publicados nos jornaes, contendo falsidades ou inexactidões, ser verdade que ahi nos jornaes apparecem muitas vezes essas falsidades ou inexactidões, mas esse mal remedia-se completamente com a publicação na integra das sessões no Diario de Lisboa, onde effectivamente são com toda a exactidão publicados os discursos pronunciados na camara dos dignos pares; e quem deseja saber o que se passou em qualquer sessão d'esta camara, não o vae pro-

curar aos extractos que veem nos jornaes, mas sim ao Diario de Lisboa, onde sabe que veem reproduzidos os discursos com toda a fidelidade, nem era possivel acontecer o contrario, depois de serem revisitos pelos oradores. Por conseguinte diz, se os jornaes publicarem algumas inexactidões com referencia ao que n'esta casa se passar, d'ahi a dois, tres ou, quando muito, quatro dias, essas inexactidões serão rectificadas pela integra das sessões, e a verdade ha de apparecer.

Elle, orador, concorda, nem era possivel deixar de concordar, com os desejos que manifesta o digno par o sr. visconde de Gouveia, porque todos desejam, como s. ex.^a, que as sessões sejam publicadas dentro do mais curto espaço de tempo; mas o methodo que o digno par lembrou não preencheria de certo o fim que s. ex.^a tem em vista, e os inconvenientes que traria seriam talvez muitos, e alguns de importancia. Não poderia acontecer dizer o extracto uma cousa, e depois a integra da sessão dizer outra? Nos extractos devem ser tocados os pontos principaes, mas tocaria sempre o extractor aquellos pontos que o orador teve por principaes? Expressaria bem o extracto as idéas expendidas por cada um dos oradores? Este é que é o ponto, e a questão mais difficulta (apoiados).

Assim parece-lhe que, attento mesmo o adiantamento da presente sessão, o mais conveniente é continuar com o actual systema, fazendo a mesa cumprir á risca todas as instrucções dadas por esta camara, e tratando ao mesmo tempo, de accordo com o chefe do corpo tachygraphico, de introduzir no mesmo systema aquellos melhoramentos que for possivel irem-se adoptando, e d'este modo aperfeiçoar-se a organização do corpo tachygraphico, cujo pessoal é pequeno para o que d'elle se exige, e, alem d'isso mal retribuido (apoiados). A mesa pois, consultando o chefe do corpo tachygraphico, e colheendo informações, poderá apresentar na proxima sessão uma proposta para a adopção de um novo systema, ou para o melhoramento do actual, em que se devem sempre ir fazendo aquellas modificações ou alterações que forem sendo possiveis, a fim de o aproximar do estado de perfeição, ou d'aquelle que mais satisfaça (apoiados).

O sr. Visconde de Castilhões:—pediu a palavra para ler um parecer da commissão de fazenda.

O sr. Presidente:—vae ser impresso para depois se distribuir.

O sr. Conde da Ponte:—pediu tambem a palavra para ler outro parecer da commissão de administração publica.

O sr. Visconde d'Athoquia:—pediu que se dispensasse a segunda leitura na mesa, visto já todos os dignos pares os terem ouvido ler (apoiados).

O sr. Presidente:—vão-se imprimir para depois se lhes dar o devido andamento.

Ha duas cousas a propor á camara: uma a indicação do digno par o sr. visconde de Gouveia...

O sr. Marquez de Vallada:—como s. ex.^a estava declarando o modo como havia de propor á camara a questão de que se tem occupado, lembra que elle, orador, apresentou uma indicação.

O sr. Presidente:—talvez que assim fosse, mas sobre a mesa não ha indicação nenhuma de v. ex.^a

O sr. Marquez de Vallada:—confiava e confia tanto em s. ex.^a e na mesa, que entendeu não ser preciso manda-la por escripto.

O sr. Presidente:—vou primeiramente propor á camara se quer continuar o actual systema adoptado para a publicação das sessões.

O sr. Visconde de Ponte Arcada:—entendo que melhor seria propor-se em primeiro lugar a indicação do digno par o sr. visconde de Gouveia.

(Vozes:—é o mesmo).

O sr. Presidente:—vou pois propor, como disse, se a camara quer que continue o systema actualmente em execução?

Approvado.

O sr. Visconde de Gouveia:—pela votação, que acaba de ter logar, ficou a minha proposta prejudicada. No entanto, parece-me que a camara com esta resolução, filha do seu receio, não quiz resolver outra coisa se não, que continuasse o actual systema legal da publicação das suas sessões, não como abusivamente se tem feito, mas como está prescripto no regulamento especial, que se não tem cumprido (apoiados); d'este modo deve entregar o corpo tachygraphico a versão das suas notas no dia seguinte ao da sessão, e os oradores os seus discursos revisitos, quarenta e oito horas depois, sendo por conseguinte a sessão publicada ao quarto dia. Desejo pois, e mesmo requiero, que a mesa trate sempre de pôr todos os meios para que esse systema hoje adoptado seja uma realidade, procurando-se ao mesmo tempo ir aperfeiçoando esse systema com aquellas reformas e melhoramentos que me parecem serem possiveis e até facéis de obter. Démos um passo agora; elle é bem pequeno; elle não preenche o nosso fim, mas sempre nos habilitará para encaminhar-nos mais tarde. Eu da sua efficacia lavo as minhas mãos. Hei de ainda insistir n'esta materia; hei de pedir contas á mesa do cumprimento d'esta resolução da camara; hei de voltar a novas propostas, e hei de ter de cima de mim toda a responsabilidade de tal estado de cousas, porque esse estado é um verdadeiro escandalo.

O Marquez de Vallada:—mandou para a mesa a seguinte proposta:

«Proponho que seja encarregada a mesa de apresentar uma reforma da repartição tachygraphica em ordem a que essa repartição corresponda ao fim para que foi creada, effectuando-se quaesquer melhoramentos n'esse sentido.

«Camara dos pares, 11 de junho de 1860.—O par do reino, Marquez de Vallada.»

O sr. secretario Conde de Mello:—repetiu a leitura na mesa.

O sr. Presidente:—eu não tenho difficuldade alguma em pôr á votação da camara a proposta do digno par.

O sr. Marquez de Vallada:—peço a urgencia.

O sr. Presidente:—a mesa nenhuma duvida tem de se encarregar de colher todas as informações, e de consultar todas as pessoas competentes, como o chefe da repartição tachygraphica, os redactores, e o director geral da secretaria, a fim de propor depois á camara um novo systema, ou algum melhoramento ou aperfeiçoamento no que actualmente existe; mas entenda mais conveniente que se tivesse proposto a nomeação de uma commissão.

O sr. Marquez de Vallada:—expoz ser tal a sua confiança no sr. presidente, e em todos os membros que compõem a mesa, que entendeu não dever propor que se elegesse uma commissão para se encarregar do objecto da sua indicação.

O sr. Barão de Porto de Moz:—nós não nos temos queixado aqui de inexactidões que tenham apparecido nos nossos discursos, nem era possivel que d'isso nos queixassemos, porque esses discursos não são publicados sem que nós os revejamos; mas a proposta do digno par o sr. Marquez de Vallada parece dá-lo a entender, pretendendo providenciar que a tachygraphia satisfizesse ao seu fim; esta idéa não me parece ser bem exacta, nem a conclusão da questão que se agitou, e em todo o caso muito vaga, para conseguir-se o fim para que é feita, isto é, a publicação prompta das sessões d'esta camara.

Propõe o digno par que a mesa fique encarregada de apresentar uma proposta de reforma para a repartição tachygraphica, de modo que ella corresponda ao fim para que foi creada. Mas o corpo tachygraphico foi creado para tomar notas dos nossos discursos e do que aqui se passa, e entregar depois a

versão d'essas notas dentro do prazo que se lhe marca. Entretanto o corpo tachygraphico pôde ter cumprido as suas obrigações, como effectivamente até hoje tem cumprido (apoiados), e assim mesmo a publicação das sessões estar demorada por outras causas ou circunstancias que até muitas vezes se têm dado, sem que d'isso o corpo tachygraphico tenha tido a menor culpa. Portanto eu acrescentaria á proposta do digno par as seguintes palavras:—e para o fim de apressar a publicação das sessões—porque é este o ponto sobre que temos tratado.

O sr. Marquez de Vallada:—sente não poder concordar com o digno par o sr. barão de Porto de Moz, mas talvez isto proviesse de s. ex.^a não comprehender bem a idéa d'elle orador. Não é sómente a brevidade na publicação das sessões o que a camara deseja, a camara quer brevidade e perfeição. O orador está persuadido que todos os tachygraphos têm muita habilidade, mas como quanto a tenham, o que lhes falta é o tempo preciso para verterem as notas com mais vagar e socorro, como é absolutamente necessario em trabalhos taes, porque se para isso tivessem mais tempo de certo haviam de melhor satisfazer os desejos dos oradores, porque a versão das notas seria mais correcta então. O facto porém é, que ás vezes succede, como a experiencia lhe tem mostrado, ler nas notas tachygraphicas um pedaço bem fiel dos seus discursos proferidos n'esta camara, e em seguida encontrar nas mesmas notas outro trecho em contrario. É por isto que não quer só a celeridade na publicação, quer esta com a perfeição. Conven portanto considerar o estado em que se acha a repartição, e ver depois quaes os meios que se devem empregar para tornar proficuos esses trabalhos. É esta a idéa da sua proposta.

O sr. Barão de Porto de Moz:—eu direi ainda duas palavras para significar ao digno par Marquez de Vallada, que é minha opinião que a sua proposta não satisfaz aos desejos que me parece ter s. ex.^a em vista. Quer s. ex.^a a perfeição das notas tachygraphicas, e a promptidão da sua publicação. Ora, nós não estamos tratando de censurar agora a imperfeição das notas tachygraphicas, nem isso com justiça se pôde fazer, por quanto, todos nós podemos ter razão algumas vezes pela attendivel circumstancia de ser impossivel que todos os tachygraphos sejam iguaes em merecimento, e sabemos tambem que cada um d'elles escreve um certo numero de minutos em cada discurso; pretendese com tudo que a arte tachygraphica seja tão perfeita, que não escape uma só palavra das que profero o orador, isso parece-me não estar na nossa alçada o exigi-lo. Tendo á maior perfeição isso é possivel, alem de que, os tachygraphos, ou porque nem todos têm os mesmos annos de servico, ou porque nem todos têm o mesmo talento, ou não têm a mesma disposição para a arte (tendo-a aliás para outras cousas), não podem, digo, por todas estas razões fazerem todos obras perfectas, e sendo isto uma verdade é então possivel dar-se a circumstancia de que fallou o digno par.

Versa portanto a questão unicamente, em quanto á maior e mais breve publicação, é isto o que o digno par visconde de Gouveia quer, quer tambem o digno par Marquez de Vallada, e eu tambem quero. É então necessario que o nobre Marquez precise mais a sua proposta, por que o dizer n'ella—para prehencherem os seus fins—isto não pôde ser, porque isso não é com os tachygraphos. A missão d'estes acabou desde logo que elles entregam a sessão vertida (apoiados), e a publicação d'ella corre por outra alçada. Não sendo por tanto os tachygraphos causa da demora que ha na impressão, mas sendo outra a causa, para que ella cesse, é que eu queria que a proposta do digno par Marquez de Vallada abrangesse esse ponto. Se pois s. ex.^a entende que as minhas razões são justas, pedi-lhe-ia que consignasse a minha idéa na sua proposta.

Ora, eu sei que ha uma determinação d'esta camara, para que o chefe da repartição lecciona um curso de tachygraphia pago pelo cofre da camara, como o fazia o fallecido chefe, não sei se a aula funciona?

Vozes:—não funciona.

O Orador:—então porque não está ella em exercicio? Não vejo razão para tal; mas o que vejo é que se tomam resoluções uteis, como esta o é, porém não se executam (apoiados). Abra-se pois a aula de que é lente o chefe da tachygraphia d'esta casa, a qual que sempre houve, á qual vão habilitar-se aquellos que quizerem estudar a arte, isto, sr. presidente, deve executar-se (apoiados), mesmo porque eu entendo que é muito melhor cumprir o que está já determinado pela camara (apoiados), do que estar a inventar novas cousas, e cousas talvez inexecutaveis. São estas, sr. presidente, as reflexões que me occorrem, e que espero a camara tome em consideração, porque me parece que todas ellas tendem, a conseguir-se o fim que todos nós desejamos, isto é a breve publicação das sessões (muito bem).

O sr. Marquez de Vallada:—pelo que disse o sr. barão de Porto de Moz, o que lhe parece que s. ex.^a deseja vem a ser que elle, orador, apresentasse antes uma dissertação do que uma proposta. Mas as propostas não costumam ser desenvolvidas de tal modo que equivalham a uma dissertação.

Se está tudo regulado, e dizem que a aula existe, mas não tem discipulos, é exactamente o mesmo que quererem defender uma cidadella sem ter lá soldados, nem armamentos, nem equipamentos, nem uma bateria como é indispensavel.

O digno par perguntou o que elle, orador, queria; e disse que, o que elle propoente queria, era que se fizesse o mesmo que já está feito, porque o chefe dos tachygraphos tem sempre entregue as notas no prazo que está marcado, e que esta não era a causa da demora que havia na publicação das sessões. Não era isto o que elle, orador, propoente, nem desejava; o que desejava é que as notas tachygraphicas pudessem servir aos oradores, que de outra forma são inuteis. Sendo inuteis, escusado é então que lhes sejam enviadas para as corrigir; mas servindo, devem por tal forma estar coordenadas, que em vez de embarçar, auxiliem o par que as examina, a fim de corrigir o seu discurso. Portanto, se os tachygraphos têm um pequeno vencimento, e as suas vantagens são diminutas, é necessario melhorarlhes a situação (apoiados), e por isto parece-lhe que a mesa não poderá deixar de ter em consideração as suas reflexões, para apresentar á camara as medidas indispensaveis, tanto para elevar os vencimentos do corpo tachygraphico, como para aumentar o numero do seu pessoal, de modo que a respectiva aula possa ter discipulos, e esta repartição fique montada de maneira conveniente, como está na outra camara (apoiados). Entende elle, orador, que com a sua proposta, e adoptando-se tambem a idéa que apresentou o sr. visconde de Athoquia, se poderá conseguir alguma cousa, e remediar o mal que actualmente existe.

Não é elle, orador, o unico dos dignos pares que se tem queixado das notas tachygraphicas, e como é provavel que não seja esta a ultima vez que falla n'esta camara, quando se apresentar occasião de proferir discurso mais importante, se por acaso vir as notas tachygraphicas tão incorrectas como algumas a que se reporta, as mostrará em particular ao sr. barão de Porto de Moz....

O sr. Barão de Porto de Moz:—eu tambem me encarego de lhe mostrar as minhas, e talvez que o vença n'este sentido.

O Orador:—continuu dizendo que pôde muito bem ser que assim aconteça. Está certo que s. ex.^a

mesmo é o primeiro a reconhecer o que elle, ora-
dor, acabava de asseverar, porque tem estado quasi
sempre de accordo com elle propinquo, e só não
o esteve n'esta occasião em que apresentou as re-
flexões a que respondia.

Parece-lhe ter sufficientemente demonstrado que
a sua proposta se dirigia ao fim que todos preten-
dem conseguir. Esta materia é muito clara; não
precisa grandes discursos para se esclarecer, e en-
tende que já o está sufficientemente. Portanto não
deve tomar mais tempo á camara com este objecto,
e conclue com estas observações, esperando que o
sr. barão de Porto de Moz se una aos seus votos e
aprove a sua proposta.

O sr. Presidente:—vou pôr á votação com ur-
gencia a proposta do digno par.

Foi rejeitada.

O sr. Marquez de Vallada:—requereu a contra-
prova da votação.

Feita esta verificou-se a rejeição.

O sr. Barão de Porto de Moz:—v. ex.ª faz fa-
vor de me dizer se ha numero na camara?

O sr. secretario Conde de Mello:—declarou que
n'aquelle momento estavam presentes 24 dignos pa-
res, e que quando o sr. presidente poz a proposta á
votação se levantaram unicamente 5, e depois quan-
do se pediu a contra-prova se levantaram só 8...

O Orador:—então está rejeitada.

O sr. Marquez de Vallada:—expoz que desde que
se apresentava duvida sobre uma votação, como já
aconteceu uma vez com o sr. conde de Lavradio,
pedia que se tornasse a votar.

O sr. Presidente:—não ha duvida n'isso (apoia-
dos).

Fez-se nova votação, e contra-prova.

O sr. secretario Conde de Mello:—declarou achar-
se esta empatada, porque se levantaram onze di-
gnos pares a favor, e outros tantos contra.

Vozes:—já não ha numero.

O sr. secretario Conde de Mello:—fez sentir que
a camara abria a sessão com vinte e seis dignos pa-
res. (O sr. Visconde de Athouguia:—mas qual é o
numero legal?) São vinte e seis.

O sr. Visconde de Balsemão:—lembrou haver
uma decisão da camara para que se possam votar
os objectos dados para ordem do dia com metade
do numero com que se abriu a sessão.

O sr. Presidente:—fica para segunda votação, e
tem a palavra o sr. Marquez de Niza para um re-
querimento.

O sr. Marquez de Niza:—declarou estar prejudi-
cado o motivo porque queria fazer o seu requeri-
mento, que era para se prorogar a sessão até se de-
cidir esta questão, o que já não tinha lugar, por
não haver numero na camara.

O sr. Presidente:—então a ordem do dia para
amanhã, terça-feira 12, será a mesma que veio para
hoje, e está fechada a sessão.—Tinham dado cinco
horas.

Relação dos dignos pares, que estiveram presentes
na sessão do dia 11 de junho de 1860.

Os srs. visconde de Laborim, Cardeal Patriar-
cha; marquezes de Ficalho, das Minas, de Niza, de
Vallada; arcebispo de Evora; condes das Alcaço-
vas, de Alva, de Arrochela, da Azinhaga, do Bom-
fim, da Louzã, de Mello, da Ponte, da Ponte de
Santa Maria; bispos de Coimbra e da Guarda; vis-
condes de Athouguia, de Balsemão, de Benagazil,
de Castellões, de Castro, de Ponte Arcada, de For-
nos de Algodres, de Gouveia, da Luz; barões de
Arruda, de Porto de Moz, da Vargem da Ordem;
Moraes Pessanha, Silva Carvalho, Aguiar, Larcher,
Silva Costa, Brito do Rio, Aquino de Carvalho.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 18 DE JUNHO

PRESIDENCIA DO EX.º SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

A meia hora da tarde verificou-se, pela chamada,

estarem presentes 83 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declara-
ções:

1.ª Do sr. Pinto Martins, participando que o sr.
deputado P. A. Monteiro Castello Branco não com-
pareceu á sessão de sabbado, nem comparece á de
hoje, por incommodo de saúde, e talvez não possa
comparecer ás duas primeiras para não comprometer
o seu restabelecimento.—Inteirada.

2.ª Do sr. Justino da Costa, de que por motivos
urgentes não compareceu ás sessões de 14 e 16
do corrente.—Inteirada.

3.ª Do sr. Francisco Costa, de que faltou á ses-
são de 16 do corrente por incommodo de saúde.—
Inteirada.

4.ª Do sr. Cyrillo Machado, de que o sr. Filipe
Folque não pôde comparecer á sessão de hoje, e tal-
vez a mais algumas por motivo justificado.—Intei-
rada.

5.ª Do sr. Calça e Pina, de que não compareceu
á primeira parte da ordem do dia de hoje, por mo-
tivo justificado.—Inteirada.

Dá-se expediente pela mesa aos seguintes requeri-
mentos:

1.º Requeiro que se peça ao governo que, com
urgencia, remetta a esta camara o seguinte, sobre as
occorrencias da Angola:

I Toda a correspondencia do governador geral
da provincia de Angola, Coelho do Amaral, desde
a sua posse.

II As minutas da correspondencia dirigida ao
mesmo governador geral, ou os livros em que estive-
ram registradas, para supprir-se a difficuldade na
urgente remessa das copias da correspondencia.

III Nota circumstanciada de todo o pessoal, in-
cluindo as guarnições que seguiram viagem para
Angola a bordo dos vapores *Africa* e *Maria Anna*.

IV Nota explicativa do material de guerra, nu-
merario e mais objectos pertencentes ao estado com
destino para a provincia de Angola, que embarca-
ram a bordo dos referidos vapores.

V Nota especificada de todo o pessoal e material
que tem de ser ainda mandado para Angola, e em
que datas e navios, para completar a expedição pa-
ra que o governo pediu ás cortes um credito ex-
traordinario.

VI Quaes os navios de guerra e suas lotações,
que ficam constituindo a estação naval de Angola,
em quanto durarem as circumstancias extraordina-
rias em que se acha a mesma provincia.

VII Nota da applicação dada pelo governo aos
100.000\$000 réis, que já foi autorisado a dispen-
der com a expedição da provincia de Angola, e or-
gamento para a applicação da parte da referida som-
ma ainda não empregada, e dos outros 100.000\$000
réis, que o governo pede á camara para as despe-
zas ordinarias e extraordinarias da provincia de An-
gola.

VIII As instrucções do governo para o novo go-
vernador geral de Angola, para a junta da fazenda,
e para o commandante da esquadra de Angola, e ao
commandante da força expedicionaria de terra.

—*Arrolas*.

2.º Requeiro que, pelo ministerio dos negocios da
marinha e ultramar, sejam remetidas a esta camara
copias dos despachos e rutos de posse que o con-
selheiro Joaquim Antonio de Moraes Carneiro to-
mára dos diversos logares que serviu, assim na an-
tiga como na nova magistratura do ultramar, com
designação do tempo que servira em cada um dos
logares; e copias das portarias em que lhe foram
concedidas licenças para vir a este reino, e n'elle

demorar-se.—O deputado pelo circulo da Barca,
Rocha Peixoto.

São remetidos ao governo.

O sr. Diogo de Sá:—deseja pedir alguns esclare-
cimentos ao sr. ministro da fazenda sobre a portaria
inserta no *Diario de Lisboa*, relativamente á aguar-
dante, e não estando s. ex.ª presente pede se lhe
reserve a palavra.

Declara tambem que no *Diario de Lisboa*, no ex-
tracto da sessão do dia 11, vem uma proposta que
mandou para a mesa, e em seguida a essa proposta
uma observação do sr. presidente, de que ella tinha
sido mandada fóra de tempo, e que devia ter sido
remetida quando se discutiram os artigos antecede-
ntes. Esta observação passou desapercibida por
elle, orador, senão ponderaria desde logo que tinha
havido uma resolução da camara para que as tabelas
não soffressem discussão, e que as suas verbas
fossem discutidas quando se tratasse das diferentes
propostas offerecidas, e quando mandou a proposta
estava em discussão o artigo 10.º, sendo essa por
consequencia a occasião mais propria para a apre-
sentar.

O sr. Plácido de Abreu:—deseja especialmente di-
rigir algumas observações ao sr. ministro da fazenda,
em relação á alfandega do Porto, mas como não
está presente, pede ao sr. presidente se não esqueça
d'este assumpto, porque deseja que a sua opinião
fique bem consignada a este respeito.

Chama a attenção da camara e das commissões
de guerra e administração publica, sobre os seguin-
tes assumptos.

No principio d'esta sessão apresentou diferentes
projectos de lei: um sobre organização militar, ou-
tro sobre monte pio militar, um outro relativo aos
sargentos que serviram a junta do Porto, e outro
relativo á irrigação, e não tendo as commissões
dado parecer algum em relação a estes projec-
tos, deseja que algum dos membros das respecti-
vas commissões diga alguma coisa a este respeito,
porque se continuar este systema de não darem pa-
recer sobre os projectos, a iniciativa dos srs. depu-
tados acabou, e não lhe parece que as commissões
possam ter os objectos nos seus archivos sem darem
uma satisfação aos deputados que os apresentaram.

A questão do monte pio militar é uma questão
importante, e se elle existisse tinham as viúvas um
recurso que as ia tirar das garras da miseria; é um
assumpto que demanda da parte do sr. ministro
da guerra toda a sollecitude, mas até hoje nada
tem apparecido; é um negocio que morreu.

A questão dos sargentos é uma questão de sum-
ma justiça, e tanto que lhe parece impossivel que
uma commissão possa reter um projecto de tal or-
dem mais de dois ou tres dias; esta questão é tanto
mais justa quanto já se tem contado a officias, por
determinação do executivo, a sua antiguidade. Pois
faz-se justiça a officias que serviram a junta, con-
tando-se-lhes todo o tempo que estiveram fóra do
serviço, e a estes desgraçados, porque são sargentos,
não se lhes ha de contar? Pede, pois, á com-
missão que se apresse em dar um parecer a este
recurso.

Em relação ao projecto de irrigação, não sabe o
destino que se lhe deu; mas o que sabe é que aquelle
projecto foi apresentado na camara pelo sr. conde
de Samodães, e na ausencia d'este illustre cavalheiro
tomou a liberdade de renovar a iniciativa d'elle, e
não tem tambem tido resolução alguma. Pese a
responsabilidade sobre quem deva pesar, mas contra
o que altamente protesta é contra o direito que as
commissões parecem querer arregar, de reter em si
os projectos que lhes são enviados, sem virem dar
uma satisfação aos srs. deputados que os apresentaram.

O sr. Thiago Horta:—longe d'elle o defender a
doutrina, de que as commissões têm direito de pôr
o seu veto á iniciativa dos srs. deputados, mas o
que lhe parece tambem é que as commissões não
podem trabalhar por empreitada; impôr o trabalho
em um certo e determinado periodo é uma coisa
que não pôde ser.

O projecto respectivo aos sargentos foi distribui-
do a um dos membros da commissão, zeloso e traba-
lhador; já foi discutido; a commissão tem as suas
opinções assentes a este respeito, e espera que o pa-
recer será apresentado dentro em dois ou tres dias.

O sr. Couto Monteiro:—o projecto a que o illustre
deputado se referiu, sobre o abastecimento de aguas
nas diferentes terras do reino, foi distribuido ao
sr. barão das Lages, que por ora não apresentou
ainda o parecer a este respeito, naturalmente por
ter outros assumptos de muito maior importancia,
que lhe prendem a attenção; no entanto logo que
esse parecer seja presente á commissão, ha de ser
discutido e apresentado na camara.

O sr. Affonso Botelho:—envia para a mesa uma
representação de cento e cincoenta lavradores do
Douro, com a camara municipal de um dos seus
principaes concelhos, que se queixam da parciali-
dade com que o governo andou, ouvindo a associa-
ção commercial do Porto sobre os negocios que uni-
camente dizem respeito áquella localidade, e não
ouvindo ninguem d'essa localidade. As rasões que
os signatarios apresentam são da maior considera-
ção, e como não é esta a occasião para as apresen-
tar, reserva-se para as desenvolver quando o as-
sumpto vier á discussão.

O sr. Aragão:—manda para a mesa uma repre-
sentação da junta de parochia da villa de Fronteira,
contra o projecto de lei apresentado para a recons-
trução dos extinctos concelhos de Souzel e Veiros.

Deseja tambem chamar a attenção do sr. minis-
tro das obras publicas, e fazer algumas observações
sobre as obras da estrada de Beja a Alcanor do Sal,
não as pôde porém fazer porque s. ex.ª não está
presente; lamenta o facto, e deseja que fique bem
consignado, que querendo pugnar pelos interesses
da localidade que aqui o mandou, o não pôde fa-
zer, porque o governo não está presente na occasião
em que se podem fazer taes recommendações.

O sr. Julio do Carvalho:—envia para a mesa um
requerimento de D. Camilla Candida de Albu-
querque Novaes, em que pede uma pensão em re-
muneração dos serviços de seu marido.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

LEITURA DE PARCERES DE COMMISSÕES

Lêem-se os seguintes:

1.º Da commissão de instrucção publica, sobre o
requerimento do continuo e porteiro da bibliotheca
da universidade de Coimbra, pedindo augmento de
ordenado.—A commissão é de parecer que o requeri-
mento dos supplicantes deve ser indeferido.

2.º Da commissão de instrucção publica, sobre o
requerimento de Antonio da Rocha de Antas Men-
donça Gersaint, primeiro official da bibliotheca da
universidade de Coimbra, pedindo augmento do ven-
cimento.—A commissão é de parecer que o requeri-
mento do supplicante deve ser indeferido.

3.º Da mesma commissão, sobre o requerimento
de José Vergolino de Vasconcellos, estudante do ter-
ceiro anno juridico, pedindo que lhe não sejam conta-
das as faltas que teve na universidade.—A commis-
são entende que a camara não compete tomar co-
nhhecimento d'este caso.

4.º Da commissão de obras publicas, sobre a pre-
tenção de diferentes camaras municipales do Alem-
tejo, ácerca de alterações nas diretrizes dos cami-
nhos de ferro de Leste e do sul.—A commissão é
de parecer que estas representações sejam remetti-

das ao governo para as tomar na consideração que
merecerem.

É approvado.

5.º Da mesma commissão, sobre a pretensão de
diferentes camaras municipales do Algarve, em que
pedem, umas que a estrada do littoral passe por Sil-
ves, e outras que siga a directriz projectada.—A
commissão é de parecer que estas representações
sejam remetidas ao governo para as tomar na con-
sideração que merecerem.

É approvado.

6.º Da mesma commissão, sobre a pretensão da
camara municipal de Cabeceiras de Basto, da cam-
mara municipal da Vieira, da camara municipal de
Fafe, da camara municipal de Guimarães, da cam-
mara municipal e habitantes de Braga, da camara
municipal e administrador do concelho das Boticas,
da camara municipal da Povoia de Lanhoso, da cam-
mara municipal e habitantes do concelho de Colo-
rico de Basto, da camara municipal de Mont'Algre,
da camara municipal de Mondim de Basto; todas
relativas á feitura de estradas nos seus concelhos.

—A commissão abstendo-se de emitir o seu juizo
sobre tão encontradas pretensões, é de parecer que
todas estas representações sejam remetidas ao go-
verno para elle as tomar na consideração que me-
recerem.

É approvado.

7.º Da commissão de petições, sobre o requeri-
mento de Thezera Ermelinda, viuva do alferes do
batalhão de caçadores n.º 2, Vicente da Cruz Ma-
chado, pedindo uma pensão.—A commissão é de
parcer que não compete á camara.

É approvado.

8.º Da mesma commissão, sobre o requerimento
de D. Anna José Galiano Carrasco, pedindo para
sua filha a sobrevivencia da pensão que lhe foi con-
cedida.—A commissão é de parecer que este pe-
dido não compete á camara.

É approvado.

9.º Da mesma commissão, sobre o requerimento
de D. Maria Gertrudes da Apresentação Lopes, pe-
dindo que lhe seja concedida uma pensão pelos ser-
viços prestados por seu pae.—A commissão é de pa-
recer que este pedido não compete á camara.

É approvado.

10.º Da mesma commissão, sobre o requerimento
de D. Joanna Maria do Nascimento da Silva Al-
faro, pedindo uma pensão.—A commissão é de pa-
recer que este pedido não compete á camara.

É approvado.

11.º Da mesma commissão, sobre o requerimento
de D. Maria do Carmo Afonso, pedindo uma pen-
são em attenção aos serviços prestados por seu fal-
lecido marido Antonio José Afonso, alferes do corpo
telegraphico.—A commissão é de parecer que não
competem á camara o deferir este pedido.

É approvado.

12.º Da mesma commissão, sobre o requerimento
de José da Costa, queixando-se de ter sido dedito
do emprego que exercia no governo civil, e pe-
dindo a sua reintegração.—A commissão é de pa-
recer que não compete á camara, mas ao governo
tomar na consideração que lhe merecer o dito pe-
dido.

É approvado.

13.º Da mesma commissão, sobre o requerimen-
to de D. Maria do Patrocínio de Carvalho, viuva
do juiz de direito de primeira instancia, José Luiz
de Carvalho, pedindo uma pensão, em attenção aos
serviços de seu marido.—A commissão é de parecer
que este pedido não compete á camara.

O sr. Plácido de Abreu:—admira-se de que ten-
do o sr. Rebello Cabral presenciado em Marvão os
serviços relevantes, prestados pelo sr. José Luiz de
Carvalho, serviços de que elle, orador, tambem foi
testemunha, e sendo membro da commissão de pe-
tições, assignasse sem declaração o parecer da com-
missão.

Já em outra sessão expendeu as suas idéas rela-
tivamente ás infelizes que recorrem ao parlamento
pedindo pensões, porque o certo é que a maior
parte das requerentes já têm recorrido ao governo,
e como nada tenham alcançado dirigem-se ao cor-
po legislativo pedindo-lhe justiça, e não é com si-
milhanças pareceres, como os que se têm approva-
do, que se lhes faz essa justiça. Não condemna as
conclusões dos diferentes pareceres; mas a respeito
da requerente, entende que o parecer deve ser al-
terado, remetendo-se ao governo sim, mas com a
declaração: «para o tomar na consideração que me-
rece».

Esta senhora, que não tinha a honra de conhe-
cer, com quem nunca fallou, é viuva de um magis-
trado probo e dignissimo, e que prestou relevantes
serviços á liberdade, e em vista dos quaes se julga
com direito a que lhe seja concedida uma pensão.
Está convencido de que a merece, e por isso deseja
que o governo tome em consideração o pedido d'esta
senhora.

O sr. Rebello Cabral:—é verdade que presenciei
os relevantissimos serviços prestados na praça de
Marvão, e em outros pontos pelo sr. José Luiz de
Carvalho; reconheço a justiça com que a sua viu-
va reclama uma pensão, mas como membro da com-
missão não pôde deixar de sustentar o parecer co-
mo está redigido, porque ao governo compete pro-
por as pensões, e ao corpo legislativo confirmalas;
e não querendo prejudicar a pretensão da reque-
rente, como aconteceria, se por ventura fosse appro-
vada a idéa do sr. Plácido; entendo que o parecer
está redigido nos verdadeiros termos, e que deve
ser approvado.

Esta senhora, que está em desgraça extrema, re-
correu a elle, orador, por carta que lhe foi entre-
gada pelo sr. João da Fonseca Coutinho, que não
está presente; o requerimento foi apresentado na
camara pelo mesmo sr. deputado, mas a commis-
são não pôde deixar de seguir a regra que o regu-
lamento impõe, e que tem sido applicada com igual-
dade a todos; e n'essa conformidade já muitos pa-
receres têm sido approvados.

O sr. Plácido de Abreu:—falla n'este negocio por-
ter apreciado os serviços prestados pelo marido da
requerente, e por um dever de boa camaradagem,
dando assim testemunho dos serviços d'este cidá-
dão; mas o illustre deputado estava em circumstan-
cias mais especiaes para promover o bom andam-
ento da pretensão d'esta senhora, porque, segundo o
que s. ex.ª disse, ella dirigiu-se-lhe, pedindo os seus
bons officios. Entende portanto que a camara deve
fazer alguma distincção dos serviços prestados pelo
sr. José Luiz de Carvalho ao paiz e á liberdade. Via
que o sr. Silva Cabral não apoia esta idéa, e reco-
nhecendo a sua competencia, não sabe se procedem
as suas rasões, mas desejando que o governo tome
em consideração a pretensão da supplicante, man-
da para a mesa a seguinte substituição á conclusão
do parecer:

«Requeiro que o requerimento da supplicante seja
mandado ao governo para o tomar na consideração
que merecer».

Sala da camara, 18 de junho de 1860.—O de-
putado pelos Arcos, *Plácido de Abreu*.

É admittida, e fica tambem em discussão.

O sr. Barros e Sá:—pode a palavra unicamente
para perguntar ao sr. ministro da justiça, se na sua
secretaria não existem requerimentos de viúvas de
magistrados, pedindo pensões? Faz esta pergunta,
porque apresentando os collegas de s. ex.ª propos-
tas para concessão de pensões, ainda não viu uma
unica proposta d'esta especie apresentada pelo mi-
nisterio da justiça.

Deseja igualmente que a commissão de fazenda

apresente pareceres sobre as propostas de pensões
que estão em seu poder ha tres ou quatro annos.
A commissão não tem direito para votar ao esque-
cimento essas propostas, e tem obrigação de apre-
sentar o seu parecer pro ou contra.

O sr. Ministro da justiça (Mártyes Ferrão):—
effectivamente ha no seu ministerio requerimentos
de viúvas e orphãos de magistrados que estão nas
circumstancias de merecerem particular attenção do
governo; e pôde o illustre deputado acreditar, que a
sessão se não ha de encerrar sem que satisfaça
ao que entende ser um dever. Não tem havido des-
leixo da sua parte n'este negocio, porque a sessão
ainda se não encerrou, e os seus trabalhos têm
necessariamente de continuar por mais tempo.

O sr. Rebello Cabral:—se se tratasse da justiça
da pretensão, não cedia o logar a ninguem para to-
mar parte na defeza da mesma causa; mas não se
trata agora da justiça da pretensão, e sim da com-
petencia da camara para conhecer d'ella.

Se o sr. deputado tivesse lido attentamente o pa-
recer não se levantaria para o combater; como se
não levantou a respeito de muitos que já n'esta ses-
são tem sido elaborados e approvados n'este mesmo
sentido.

A commissão não podia lavar o parecer de ou-
tro modo, porque lh'o indicam não só as disposições
da carta constitucional, mas mesmo as do regimento
da camara.

De certo que tem havido abuso a este respeito,
mas esses abusos não devem continuar a praticar-
se, porque existe lei para os cohibir. Se o governo
não fizer justiça, a camara tem meios para o obrigar
a fazê-la; se elle abusar sobre o modo de decre-
tar as pensões, tambem a camara tem meios de o
fazer entrar nos seus deveres.

É o primeiro a dar testemunho dos serviços pre-
stados pelo illustre varão, cuja viuva apparece a re-
querer, mas esse objecto não é para agora; quando
vier, como confia que venha, o decreto concedendo
a pensão, então mostrará a justiça da causa, e em-
pregará todos os seus esforços para que essa justiça
se faça; mas por em quanto não ha nada a resolver.
A viuva ainda não requereu ao governo, e não
sabe como o governo resolverá a sua pretensão; é
de crer que a defira convenientemente, e por isso
se reserva para mostrar a justiça d'esta pensão,
quando o governo trouxer á camara o competente
decreto.

O sr. Silva Cabral:—não queria entrar n'esta
discussão, porque entende que, não obstante o ob-
jecto ser de toda a consideração, e de si mesmo in-
significatissimo para não promover tão calorosa
discussão; no entanto um illustre deputado teve a
bondade de o chamar á auctoridade pelo seu nome,
e de uma maneira tão honrosa, apesar de immerecida
da sua parte, que não pôde deixar de responder a
este illustre deputado com a mesma cortesia com
que elle se dignou dirigir-se-lhe.

O illustre deputado estava fallando, e tratava da
justiça com que a pensão era requerida, e dizendo
que absolutamente a camara devia conhecer d'essa
justiça, pondo de parte outra qualquer considera-
ção, foi n'esta circumstancia e conjuntura que elle,
orador, se lhe dirigiu, fazendo um pequeno acento
particular, mostrando que não estava por esta dou-
trina. O illustre deputado dirigiu-se então a elle,
orador, dizendo que retirava o que tinha dito e su-
jeitava o seu juizo ao juizo d'elle, orador. E honra
de mais, porque o illustre deputado tem illustração
bastante para conhecer que effectivamente adianta-
va uma proposição que se não podia de maneira al-
guma sustentar.

A divisão dos poderes é uma das principaes ga-
rantias da sociedade, e todas as vezes que um po-
der se intromette nas attribuições do outro, e se al-
tera a harmonia que deve haver entre todos, e se al-
tera esta garantia. Desde o momento em que na
carta constitucional está tão claramente indicada ao
poder executivo a maneira porque estas pensões se
hão de conceder; desde que se diz que ao poder
executivo compete não só conceder pensões hono-
rificas, mas tambem penurias, ficando só estas
dependentes da approvação das cortes, é claro que
ao poder executivo é que compete esta attribuição,
e em quanto a pensão não for decretada, não pôde
a camara fazer nada. Embora tenha havido algum
precedente contra, o que faz um precedente contra
lei? Disse-se: n'esse caso ficam as pessoas a quem
o governo não faz justiça completamente desampara-
das, porque não podem encontrar lá fóra onde
vão reclamar essa justiça. Effectivamente assim deve
ser, mas desde que se demonstrar que o requerente
tenha ido ao governo, e que este tenha indeferido
injustamente, é então que se deve dirigir ao corpo
legislativo, para elle conhecer se o governo andou
conforme os principios de justiça absoluta ou rela-
tiva, e se cumpriu ou não o seu dever; e quando o
não cumpriu, quando se entender que o governo
faltou ao que lhe cumpria, deve o negocio ser re-
mettido á commissão de infracções para esta dar o
seu parecer sobre o assumpto, e a camara depois
resolver.

Em quanto isto, porém, se não verifica, não se
pode confundir a questão da competencia com a
questão da justiça.

Esta senhora pôde ter muita justiça, mas reque-
rer á camara dos deputados a este respeito é o mes-
mo que ir requerer a um juiz de direito, quer di-
zer, recorre a um tribunal incompetente.

Nestas circumstancias já vê o illustre deputado
a razão porque elle, orador, fez a distincção devida
entre a questão da competencia e a da justiça. En-
tende que desde o momento em que a requerente
se dirigiu ao governo, e este lhe não deferiu, a cam-
mara tem o direito, sem duvida nenhuma, de in-
vestigar se o governo cumpriu ou não com os prin-
cípios de justiça absoluta ou relativa, mas só de-
pois de haver requerido ao governo, e este ter inde-
ferido o requerimento.

Entende, pois, que por em quanto a commissão
não é digna de censura, antes de louvar, se louvar
merece por ter cumprido os seus deveres.

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—esta questão
tem sido tão debatida n'esta casa, que julga já uma
inutilidade entrar n'ella. A doutrina seguida por
esta camara é aquella que acaba de expor o sr. de-
putado que o precedeu; estando contido persuadido
de que em casos extraordinarios, o parlamento pôde
decretar uma pensão qualquer; mas na hypothese
da questão de que se trata, a proposta do sr. de-
putado o sr. Plácido de Abreu para alterar o parecer
da commissão importa um privilegio, e tal é o aferra-
mento que temos a elles que até na mais pequena e in-
significante causa, ha de sempre n'esta casa appare-
cer um protector da pessoa que requer, e que teve
um despacho igual ao de todas as outras infelizes,
despacho que passou, porque ninguem se lembrou
de fallar a favor d'ellas. Pois será só esta a pessoa
a quem se tem negado justiça? Pois não se terá ne-
gado o pão e o alimento a outras pessoas com o
mesmo direito

O capitão general de Angola D. Francisco Innocencio de Sousa Coutinho, no tempo de D. Maria I, aboliu os carregadores, e os considerandos do decreto fazem honra á sua intelligencia e á sua capacidade.

Em 1786 prohibiu o governador de Benguela que se dessem carregadores. Finalmente em 1814 Antonio de Saldanha da Gama, depois conde do Porto Santo, propoz a abolição dos carregadores.

E singular que uma instituição tão salutar, e cuja abolição deu tão maus resultados, fosse proposta e levada por diante com gente tão conspicua e notavel.

O conde do Porto Santo discute habilmente este negocio, e são de um grande alcance as considerações judiciosas que faz.

Prova de um modo incontestavel que longe de aproveitar uma similhante legislação, nada mais faz do que alienar as sympathias dos pretos, tornando-lhes obnoxio o nosso dominio.

O visconde de Sá da Bandeira quiz errar como estes cavalheiros, com esta capacidades administrativas, antes do que acertar com os negociantes de Angola, infelizmente agarrados a uma rotina miseravel, e que não dava nem podia dar se não resultados negativos.

O visconde de Sá da Bandeira ninguém o contestará, é um homem illustrado, de uma honra a toda a prova, e não levaria por diante essa medida se não estivesse convencido da sua proficuidade. E é singular que os pontos em que havia carregadores, e por consequencia tendo-se elles abolido ali, que estes districtos estejam perfeitamente pacíficos e não se dêse ali um passo no caminho da revolta, em quanto que os pontos onde nunca houve carregadores, e por consequencia nunca houve abolição, porque não se podia abolir o que não existia, foram os que se revoltaram como o Ambriz e Mossamedes, em quanto que o Golungo, Ambica e Pungo-Andongo ficaram indifferentes á rebellão.

O sr. visconde de Sá da Bandeira, homem probo, honesto e intelligente, foi quem levou por diante a medida dos carregadores; e está hoje provado que não foi essa lei que trouxe os acontecimentos que hoje se deploram, porque nos districtos onde havia carregadores e foram abolidos reina a tranquillidade, e onde reina a desordem é nos districtos onde nunca os houve.

Quando se tratou da nomeação do governador geral para Angola, disse que entendia, que aquelle cavalheiro se não achava á altura dos acontecimentos que tiveram logar, e lembrou, e lembra ainda, que se deve fazer na conjunctura actual, o que os romanos faziam, quando uma parte do seu vasto imperio se achava comprometida por uma circumstancia qualquer, que era nomear um pro-consul, mandar para ali um logar-tenente, com poderes discretionarios. E preciso fazer um vasto esforço para enviar para Angola um homem, forte em administração e organização, e capaz de collocar aquella provincia no estado de prosperidade, a que as suas circumstancias peculiares a podem levar. Para Demerara, para a presidencia de Madrás e para a de Calcutá na India, escolhe-se em Inglaterra o que ha de melhor, e remunera-se este serviço largamente.

A questão dos carregadores e da liberdade dos escravos, são hoje factos consumados, e com quanto não se possa hoje retrogradar n'esta parte, podem-se todavia attenuar os inconvenientes que d'elles hajam de resultar.

Em 1814 já fez ver á camara o que o conde do Porto Santo informava ao governo. O conde do Porto Santo, Saldanha da Gama, muito conhecido não só n'este paiz, mas em toda a Europa; como se podia crer que em presença de documento d'esta ordem, um cavalheiro como o sr. visconde de Sá da Bandeira, não havia de estudar esta questão e convencer-se da necessidade da abolição dos carregadores? Não é possível.

O modo porque entende que este mal, se mal é, se pôde attenuar, é o seguinte. É necessario crear-se em todos os districtos do nosso dominio um corpo, a que chamará *batalhão agricola*, no qual devem ser alistados todos os pretos de uma certa idade, sendo a primeira condição vesti-los de uma camisa e calça, o que faz uma grande impressão n'aquelles espiritos nomadas, e os faz destacar do resto do gentio. Esse corpo deve ser formado á custa do estado, deve ter um commandante, ser arrematado; e quando um lavrador precisar de braços para a sua lavoura, ou quando um negociante quizer transportar para qualquer parte mercadorias, deve dirigir-se ao commandante (não se fazendo com o dantes, que os commandantes do districto faziam 10 e 12.000\$000 réis por anno á custa do suor, da fome, e da nudez do desgraçado preto) (*apoiados*), e ajustar com elle o numero de operários de que carece e o preço, vindo a ser metade d'esse preço para o preto, para a sua sustentação e necessidades, e a outra metade para o cofre d'onde hajam de sair outras despesas, como a despeza com o commandante etc. Este serviço durará dez annos, no fim dos quaes, pelas informações dadas pelo chefe ao governo, se deve conceder uma pensão que não exceda a 40 réis diários, áquelle que se tenham portado dignamente, o que é um incentivo para os outros se conduzirem bem. Está convencido de que d'aqui se haviam de tirar grandes vantagens, e bons resultados para as nossas colonias.

Toda a gente sabe que Loanda, que podia ser hoje uma capital importantissima, tem apenas doze a quatorze mil almas, e não pôde ter mais, sejam quaes forem os esforços que se empreguem, porque lhe falta a agua potavel, a que ali tem é salobra, e é o que produz as febres que dizimam aquella povoação (*apoiados*), que não pôde progredir em quanto não houver meio de a fornecer de agua potavel. Os holandezes, quando senhores d'aquella provincia, reconheceram tanto esta falta que, a oito leguas de Loanda, junto a Colombo, começaram obras hydraulicas na margem do Coanaz; mas, infelizmente, tomando nós depois conta d'aquella possessão, não continuámos esses trabalhos, e Loanda continua a não ter agua potavel, nem a pôde ter, a menos que o governo não promova os trabalhos por via da formação de companhias que os vão fazer, e que tratem de promover a colonisação d'aquellas paragens.

A tropa que marchou para Loanda, é uma these em que realmente não desejaria tocar, mas é forçado a fazê-lo. Como quer o governo que se dê homogeneidade e centro de acção n'uma pouca de tropa que mandou ir e aquella que lá existe, quando os soldados que foram levaram soldos dobrados e outras garantias, e os que ali estão são mal pagos, nem têm essas garantias! Não é possível que se olhem com bons olhos, não pôde haver homogeneidade e centro de acção em corpos que têm a fazer um serviço igual, e que têm uma recompensa diversa (*apoiados*). Não se chama a isto governar, chama-se phantasia, chama-se fazer versos em administração.

Voltando agora á moção de ordem que teve a honra de mandar para a mesa, já disse que entendia que a somma de 100.000\$000 réis, pedida pelo governo, é completamente inadequada para acudir ás contingencias extraordinarias em que o governo ali se vai encontrar, e, por consequencia, elle, orador, não tendo a pejo mais do que o bem-estar do seu paiz, e que seja bem administrado, entendeu que devia fazer uma proposta, para que em logar de 100.000\$000 réis se dessem 200.000\$000 réis ao governo.

E quizera que d'estes podesse tocar uma miseravel quantia a uns desgraçados que ainda ha pouco tempo no oceano indico escaparam da morte que encontraram os naufragos. O governo mandou dar a cada um d'estes homens, que perderam tudo, que só ficaram com a camisa que lhes cubria a nudez, 54\$000 réis, e quando chegaram a Lisboa e foram para o Lazareto, mais 11\$500 réis cada um; mas, com vergonha o diz, já se lhes deduziu dos seus soldos metade dos 11\$500 réis e continua a deducção, o que é atroz! Pois o governo devia nunca fazê-lo? Quizera portanto que dos 200.000\$000 réis ou dos 100.000\$000 réis se tirasse uma pequena parcella para se dar a uns desgraçados.

Não quer fatigar mais a camara, mas pede-lhe que se convença, uma vez por todas, de que espirito nenhum de opposição acinofosa entra n'elle, orador, que, apresentando a moção de ordem como o fez, foi coherente com as idéas que expendeu por occasião de ser apresentada a primeira proposta para 100.000\$000 réis. Está convencido de que nem os 100.000\$000 réis primeiros, nem os segundos são suficientes para as contingencias que o governo vai encontrar, e portanto o seu desejo é que o governo marche bem e se eleve á altura a que deve elevar-se, quando se acha comprometida a honra nacional e a bandeira portugueza, no meio de milhões de canibais na costa occidental de Africa (*Vozes:—muito bem, muito bem*).

O sr. *Abrañes* (sobre a ordem):—Lê a sua moção, e bem assim os artigos 14.º e 15.º do decreto de 7 de dezembro de 1836.

Lia estes artigos, para que a camara se competencesse da importancia da publicação que elle, orador, indica, e que se a tivesse havido talvez se tivessem evitado muitos erros de administração, porque então a imprensa periodica teria indicado muitos melhoramentos para o ultramar, e teriam sido conhecidas de todos as suas necessidades, e o seu verdadeiro estado de civilização (*apoiados*).

Antes de entrar nos fundamentos da sua moção podia licença á camara para, por dois minutos, dizer alguma cousa acerca das proposições que n'esta camara foram proferidas pelo seu amigo o sr. Balduino, deputado por Angola, dizendo: «que a justiça em Loanda estava em almoeida; e que por uma carta do juiz de direito Motta e Veiga lhe constava que o presidente da relação de Loanda era um juiz corrupto e venal.»

Que elle, orador, como juiz que é do ultramar, não pôde deixar de levantar a sua voz sobre este objecto...

O sr. *Presidente*:—isso é um meio de illudir completamente o direito dos outros senhores. Com esse requerimento, apresentado agora, sobre a ordem, os deputados que têm a palavra sobre a materia não podem fallar.

O orador:—com o relógio na mão não gastarei mais de dois minutos.

O sr. *Presidente*:—não posso consentir-lhe o pela regularidade.

O orador:—o sr. deputado disse que a justiça estava em almoeida na provincia de Angola...

O sr. *Presidente*:—isso nada tem com a sua moção.

O orador:—então vou fundamentar a moção de ordem.

O sr. *Presidente*:—é um requerimento.

O orador:—é uma moção de ordem, e v. ex.ª não me pôde tirar a palavra.

São graves as noticias de Loanda, e os acontecimentos que ali houveram foram desgraçados (*apoiados*); porém o mal que ali existe, assim como em todas as nossas possessões, não vem de hoje, mas sim tem uma causa muy remota, sendo a principal o pouco ou nenhum conhecimento que temos das cousas do ultramar, devido á falta de publicação dos documentos officiaes, que são remetidos para a secretaria da marinha, e que ali ficam archivados sem o publico ter d'elles conhecimento; é tambem um grande mal a falta da publicação das medidas que o governo toma para o ultramar, e tem accetido, não poucas vezes, ter elle, orador, conhecimento de muitas d'essas medidas pela leitura dos boletins dos governos do ultramar, quando primeiro deviam ellas apparecer em Lisboa na folha official (*apoiados*).

Era com a publicação de todos os documentos officiaes que o paiz se podia instruir do estado verdadeiro das nossas possessões ultramarinas, e então se conheceria a necessidade de se fazerem grandes reformas na legislação do ultramar em geral, e sobre tudo nos ramos administrativo, da fazenda, judicial, ecclesiastico e militar (*apoiados*).

A maior parte das leis especiaes do ultramar eram boas na epocha em que foram feitas; porém que hoje é indispensavel fazerem-se reformas, aproximando-se o mais possivel o systema de administração das nossas provincias ultramarinas d'aquella que existe para o continente do reino e ilhas adjacentes; e que como experiencia nos podiamos aproveitar das nossas possessões do archipelago de Cabo Verde e das ilhas de S. Thomé e Príncipe.

Um dos males que bastante tem affligido as nossas possessões é a falta do cumprimento das leis, tanto da parte do governo da metropole, como da parte das autoridades das provincias do ultramar. Que muito poucas vezes tem o governo escolhido para o importante cargo de governador os individuos com pratica de administração, como exige o decreto de 7 de dezembro de 1836; e que depois que se publicou o decreto de 10 de setembro de 1846, que garante um posto de acesso ao militar que vai governar as nossas possessões ultramarinas, mais em desuso cahiu o artigo 4.º do citado decreto de 1836, porque só os militares é que se julgaram com direito de governar, quer tivessem quer não pratica de administração (*apoiados*).

Os governos até hoje pouco têm cuidado da maneira! porque se cumprem as leis no ultramar; e para exemplo citará o decreto de 10 de dezembro de 1836, pois sendo um facto que ninguém pôde contestar, que mais ou menos têm sido carregações de escravos das nossas provincias ultramarinas; ainda até hoje lhe não consta que tivesse sido castigada uma só autoridade, que a exemplo d'esto decreto podia citar muitas leis e portarias, mas que não o faz para não cançar a camara, e apenas aponta a portaria de 16 de janeiro d'este anno, pela qual o governo mandou reintegrar ou restituir ás terras das suas naturalidades alguns padres da ilha do Príncipe, e o governador de S. Thomé não cumpriu similhante portaria, e não consta a elle, orador, que o governo estranhasse o procedimento d'aquella autoridade. Além de muitas leis e decretos que podia citar para mostrar que o governo as não tem cumprido, apresenta para exemplo os decretos de 18 de dezembro de 1854, sobre a venda das roças do estado existentes na provincia de S. Thomé; e de 25 de outubro de 1859, que mandou tirar da circulação na provincia de S. Thomé a moeda de cobre que ali existe; e entende elle, orador, que se com 30.000\$000 réis hoje se podia resgatar a moeda depreciada, d'aqui a alguns mezes será necessario 40 ou 50.000\$000 réis, porque necessariamente ha de entrar muita por contrabando, com a certeza que ha, de que o governo a ha de resgatar.

Só temos pressa em fazer cumprir leis que têm sido a causa da decadencia das nossas possessões, como são as que se têm publicado em relação á escravatura, que entende elle, orador, foram todas precipitadas e intempestas.

A primeira necessidade que o governo tem a

cumprir, para não perdermos as nossas possessões do ultramar, é a fixação dos limites dos nossos domínios; a sua immediata occupação, e a escolha de boas autoridades (*apoiados*).

Entende que tambem os governos não têm feito bem, demorando a decisão de queixas que lhes são presentes, quando essas queixas vêm munidas com documentos suficientes, exigindo n'estes casos informações dos accusados, resolvendo depois conforme essas informações; que este systema é mau não só pela demora na administração da justiça, como tambem por se collocar o offendido á mercê do seu oppressor. Que entende que o governo deve sempre decidir como entender, quando pelos documentos que lhe forem presentes, poder avaliar as queixas que se lhe fazem.

No ramo judicial tambem se devem fazer importantes reformas, não só no pessoal, como em relação aos diferentes cartorios dos empregados, exigindo-se-lhes sempre a competente responsabilidade. Que estimará que s. ex.ª o sr. ministro da marinha olhe seriamente para este ramo, porque sendo s. ex.ª juiz, melhor do que ninguém poderá attender a este ramo de serviço, e conhecer o seu verdadeiro estado, lendo os relatorios que devem existir na secretaria a seu cargo, e que para ali têm enviado diferentes juizes.

Para não cançar mais a attenção da camara conclue dizendo, que não tem duvida de approvar a moção apresentada pelo sr. Arrobas, porque tambem elle, orador, quando tomou parte na discussão da resposta ao discurso da coroa fez uma indicação quasi identica, e de novo chama a attenção do governo sobre outras indicações que então fez, e constam dos *Diários de Lisboa* n.ºs 53 e 54, e sessões de 5 e 6 de março do corrente; porém no caso da camara não approvar aquella moção, então entende que com a proposta que elle, orador, mandou para a mesa, se for cumprida pelo governo, e se este estiver resolvido a publicar para o futuro todos os documentos que vierem do ultramar e que não forem confidenciaes, e se tambem publicar todas as medidas que adoptar para as nossas possessões, poderá o paiz conhecer quanto ainda valem os, e quaes os recursos que ainda podemos tirar d'essas terras que hoje precisam de um subsidio da mãe patria.

Lê-se na mesa a seguinte substituição:

Artigo 1.º Alem da somma, que já foi votada na carta de 1.º de maio d'este anno, é o governo autorisado a applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola até á quantia de 200.000\$000 réis.

Art. 2.º O governo dará conta á camara do uso que fizer d'esta autorisação.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario. — *Applausos*.

É admittida, e fica tambem em discussão.

Lê-se igualmente a seguinte proposta:

«Proponho que a camara recomende ao governo que haja de mandar publicar em um ou mais volumes, os relatorios que os governadores das provincias ultramarinas, e os membros do conselho do governo devem ter enviado ao ministerio da marinha desde 1837, se uns e outros cumpriram o disposto nos artigos 14.º e 15.º do decreto de 7 de dezembro de 1836.» — *Bernardo Francisco de Abrañes*, deputado pela ilha de S. Thomé.

É igualmente admittida para ser attendida na discussão.

O sr. *Castro Ferrer* (sobre a ordem):—vae mandar uma moção para a mesa, mas antes d'isso permittisse-lhe dizer duas palavras para a motivar, e mesmo sobre o objecto que se discutia. O illustre deputado que tinha aberto o debate com tanta amplitude, e com tanto calor, olhando para os bancos dos srs. ministros, e não podendo irrogar a algum d'elles censura pelos acontecimentos de Angola, usou do apolo de Phe dro—*adhuc status non erat*.

O sr. *Presidente*:—pede ao orador que leia a moção, sem o que não pôde continuar.

O orador (leu-a, e mandou-a para a mesa, e proseguiu):—o illustre deputado quiz dizer que o antecessor do actual ministro da marinha, que infelizmente já não existe, sendo victima do seu zelo, e interesse pelo bem do seu paiz (*repetidos apoiados*), fôra a causa dos successos que elle, deputado, tinha referido, pois tinha cruzado os braços, quando de Angola se lhe tinha annunciado o estado d'aquella provincia. Cumpre-lhe por tanto lembrar á camara o que se tinha passado, pois que estava bem ao facto de tudo.

O governador de Angola tinha mostrado ao governo a necessidade de fazer uma demonstração armada sobre o reino do Congo, para proteger a um pretendente na posse d'aquella reino amante dos portuguezes, contra outro competidor nosso inimigo. O governo annuiu seguro das vantagens que d'ali podia provir á provincia de Angola. O governador geral com este intento mandou sobre S. Salvador uma pequena expedição, porém esta não foi feliz por estes incidentes, que muitas vezes acontecem, e que se não podem prever. A morte do commandante da expedição, e o ferimento de alguns officiaes e soldados deram causa a isso. O governador geral deu parte ao governo do accetido, e pediu-lhe alguns meios, responsabilizando-se pelo bom resultado da empreza, porque tinha forças mais que suficientes para aquelle fim.

O governo attendeu, como lhe cumpria, ás requisições do governador geral (*apoiados*). Mandou transferir dos cofres de Macau para Angola 53.000\$000 réis (*apoiados*), mandou-lhe alguns contos de réis em macutas para as transacções commerciaes, enviou-lhe officiaes, armas e tudo o mais que elle tinha pedido. Deveria fazer mais o governo? Não veio á camara pedir centos de contos de réis, porque entendendo que as nossas circumstancias não eram tão favoraveis que podessemos dispor de grandes sommas para enviar para as nossas colonias como prevenção do que poderia acontecer (*apoiados*). Por tanto entende que o governo andou bem porque providenciou, e com economia (*apoiados*); e portanto a censura é mal cabida.

O illustre deputado diz: «que vota réis 800 ou 1.000.000\$000?» isto é fácil; porém onde busca-lo? Quer o illustre deputado depreciar os nossos titulos de divida fundada externa ou interna com uma emissão sem conta? O illustre deputado na sua fervida imaginação viu os pretos devastando as nossas possessões, e ser preciso um exercito para os debellar; viu os jacarés a dilacerar os nossos soldados, e o seu sangue tingir a impetuosos corrente do rio Loge, que talvez seja bem pacifica, e desaguar no mar ondas de sangue; viu os pretos espetando as cabeças dos brancos, e com aquelle triste trophéo correm todo o sertão; viu talar as terras, incendiar as casas, e arrasar engenhos; viu os brancos com os braços cruzados deixarem-se immolar ao brutal furor d'aquelles gentios, e viu não sabe o que mais. Porém vae a ver o que elle, orador, viu, porque se achava a igual distancia do illustre deputado. Viu que no sul houve correrias de pretos, que se costumam fazer ha muitos annos para roubarem alguns gados, e que por incuria ou cobardia se deixaram penetrar mais longe do que elles nunca pensaram (*apoiados*). No norte é preciso mais alguma diplomacia, pois que os americanos intrigam (*apoiados*), talvez promovam o arrojio dos pretos e mais nada viu. É verdade que houve a fatalidade no rio Loge de se afogarem alguns soldados, porém são acontecimentos que succedem na grande e na pequena guerra.

Agora chama a attenção da camara para a classe militar, que merece toda a consideração, porque se

algumas vezes passam boa vida, ha d'estes tristes lances, que são bem dolorosos, e que se não podem evitar, nem prever (*apoiados*). Quando o bravo conde das Antas na provincia de Alava quiz bater uma força carlista passou uma ponte, e quando elle pensava que o inimigo era se não igual em numero, ao menos pouco mais numero, viu-se a braços com uma força tão superior que foi forçoso retirar, tendo-se afogado muitos soldados e officiaes no rio quando retiravam, não podendo repassar a ponte; porém o conde de Vinhaes, e D. Carlos Mascarenhas com denodada gallardia e extremado valor, á frente da cavallaria salvaram a divisão, porém nada poderam fazer aos que se precipitaram no rio.

O governo não foi censurado então nem o podia ser sem absurdo, como agora o é pela catastrophe succedida no Loge junto ao Ambriz. Agora será um pouco mais ministerial do que costuma, por que não elogiam o governo pelo lisongeiro estado da nossa India? É verdade que á testa d'ella está um cavalleiro, que pela sua intelligencia, energia e honradez de caracter (*apoiados*) tem sabido attrahir a si aquelles povos, promovendo por todas as formas os melhoramentos materiaes do paiz, e administrando com justiça e rectidão, tendo em vista sobretudo o estado da provincia, pelo que aqui lhe rende gostosos os bens merecidos encomios (*apoiados*). Porque não elogiam o governo pelo estado de Macau, onde ha um importante excedente de receita, e pelo estado de Cabo Verde? Censuram-no por Angola, porque a grande revolta que ali existe é a crise financeira.

Dizem que se arma um exercito para ir para Angola; pois saiba a camara que a força que d'aqui partir não vae entrar em operações contra os pretos, a não querer dar cabo d'ella em pouco tempo (*apoiados*). Vae para ser empregada nas fortalezas, e só a que estiver acclimatada é que pôde auxiliar a guerra negra. A força que o sr. deputado deseja era para ir conquistar a Africa. Salvador Correia veio do Rio de Janeiro atacar a Angola os holandezes com 900 homens, e estes com força superior europea afóra 800 pretos arrearam a bandeira e entregaram a fortaleza, e com ella a provincia; e agora querem que para ir castigar um bando de pretos vá um exercito!

Como já disse, a crise financeira é a revolta que ali existe, e é a peor de todas. O governador geral é um homem intelligente e activo, e se as cousas tem chegado áquelle estado é por circumstancias imperiosas que elle não tem podido evitar.

Diz o illustre deputado que nos districtos dos carregadores não houve revolta, mas elle, orador, diz que a falta de carregadores é que tem arrastado a crise commercial por falta de permutações, porque não ha quem conduza os generos para as povoações do litoral (*apoiados*). Deseja que o governo envie ali um commissario regio com plenos poderes, segundo a sua proposta, para que, livre de uma legislação excepcional e embaraçada, elle possa tomar todas as medidas que forem necessarias para assegurar a tranquillidade aquelles povos, e promover os melhoramentos do paiz em todos os ramos de serviço publico, dando todo o impulso ao commercio d'onde ha de provir o bem estar d'aquella importante reino.

Termina dizendo, que querendo um sr. deputado dourar a accusação ao antecessor do actual ministro da marinha, porque o ministerio é solidario, e que a responsabilidade é de todos, não o satisfaz, porque entende que cada ministro é responsavel pelos seus actos, e não pôde accusar o sr. ministro do reino pelos erros ou abusos do sr. ministro da guerra, nem a este pelos erros dos outros.

Lê-se na mesa a seguinte proposta:

«É o governo autorisado a nomear um commissario regio para a provincia de Angola com poderes de decisionarios para providenciar em tudo que for mister para a segurança do paiz, bem como para melhorar a sua situação financeira, procurando reformar todos os ramos do serviço publico, tudo em conformidade com a posição geographica do paiz, clima, povoação e indole dos habitantes, e ao mesmo tempo esforçar-se por extorbar relações de amizade com os sobas limitrophes, não só para promover o commercio, mas para ter auxiliares contra os sobas dissidentes; finalmente para escutar as causas da decadencia d'aquella provincia, que tem em si elementos mais que suficientes para chegar ao estado mais prospero possivel.» — *C. Ferrer*.

É admittida.

O sr. *Camara Leme*:—requer que se prorogue a sessão até se votar a questão que se discute.

É approvado.

O sr. *Pinto de Magalhães* (sobre a ordem):—ha quatro dias que pediu a palavra para fallar sobre a questão de Angola, porém não o tem conseguido, porque os seus collegas, a titulo de fallarem sobre a ordem, tinham fallado sempre sobre a materia, prejudicando-o nos seus direitos, de maneira que elle, orador, a exemplo do que via fazer, o que achava muito pouco regular e contra a boa ordem da discussão, tambem havia pedido pela segunda vez a palavra sobre a ordem, a fim de poder fallar; porém como a ordem era a materia, fallaria sobre a materia; mas antes de o fazer, e em cumprimento do regimento, começava por annunciar a sua moção de ordem, e era esta para que em logar de 100.000\$000 réis a autorisação fosse de réis 150.000\$000; fazia esta emenda como pretexto para fallar (*apoiados*).

O governo pede 100.000\$000 réis para applicar ás despesas ordinarias e extraordinarias da provincia de Angola, em consequencia das noticias que ultimamente recebeu do estado d'aquella provincia pelo vapor *Estephania*.

Os negros do sertão invadiram os nossos estabelecimentos do Bembe e de Mossamedes, e 106 soldados foram victimas na passagem do rio Loge.

O governo precedentemente já havia pedido á camara mais 100.000\$000 réis para as despesas da mesma provincia, em consequencia da desgraçada expedição que o governador geral havia feito ao Ambriz, pois não tendo providenciado quanto fosse conveniente e indicado para o bom resultado d'esta empreza, este funcionario, depois de se haver entranhado no sertão e levar os negros de batida, se viu forçado a retirar, porque não havia munhões de guerra e de boca, e os soldados achavam-se extenuados de fome e de sede (*apoiados*).

Estes acontecimentos todos levaram o susto e o terror a Angola (*apoiados*), aonde infelizmente não ha 5 réis para pagar aos servidores da provincia, e a fazenda publica está desacreditadissima (*apoiados*). Ha dois annos que o nobre visconde de Sá pediu á camara 40.000\$000 réis para mandar uma collocia militar para Tete, na provincia de Moçambique, porque era necessario fortificar aquellas paragens, que continuamente estavam a ser invadidas, a exemplo do que se pratica em Angola, pelos cafres do sertão (*apoiados*).

Pede portanto licença á camara para tratar da questão das duas provincias conjuntamente (*apoiados*), porque sendo iguaes os soffrimentos, e produzidos pelas mesmas causas, devem ser iguaes os remedios (*apoiados*).

O nobre deputado, e seu amigo, o sr. Affonseca, disse: «Acudamos á provincia de Angola, que é a melhor joia da coroa portugueza.» Elle, orador, diria: «Acudamos á provincia de Moçambique, que é a melhor joia da coroa portugueza» (*apoiados*).

E para convencer o sr. Affonseca d'esta verdade, trará em seu auxilio a autoridade de dois exploradores illustres, o dr. inglez Livingston, e o dr. prussiano Petters, que tendo explorado um e

outro as duas provincias, são ambos conformes em affirmar nas suas memorias, que a costa oriental é mais productiva e mais rica que a costa occidental. (O sr. *Affonseca*:—muito bem, estamos conformes, e melhorará muito logo que se abra o istmo de Suez) Mas seja mais rica a provincia de Moçambique, ou a de Angola, isso pouco importa, o que todos podiam affirmar é que uma e outra são as melhores colonias da coroa de Portugal (*apoiados*).

E achando-se ambas em desgraçadas circumstancias a mãe patria deve acudir-lhes (*apoiados*), mandando-lhe soccorros de gente e de dinheiro, e sobretudo de dinheiro (*apoiados*).

Mas qual será a causa por que estas provincias se acham reduzidas áquelle misero estado?

Qual será a phisica que acabrunha e atormenta estas infelizes provincias?

Desde que epocha provirão estes soffrimentos? Qual será o remedio que temos para elles?

Por ventura será do seu commercio ou dos pequenos rendimentos publicos? De certo não.

A provincia de Angola, como muito bem disse o seu nobre amigo o sr. deputado F. Costa, rendia em 1852, 224.000\$000 réis, e em 1860 vêm orçados os rendimentos em 400 e tantos contos, quasi dobrado em oito annos.

A provincia de Moçambique, quando elle, orador, a governou em 1851 a 1854, apenas rendia de impostos de alfandegas 60 a 70.000\$000 réis, termo médio 65.000\$000 réis, hoje, conforme viu no Boletim do governo d'aquella provincia, rendeu a mesma em 1859, cinco annos depois, 84.000\$000 réis, quasi 30 por cento proximamente.

A provincia de Angola em 1849, conforme se viu dos documentos que o governo apresentou ás cortes d'aquella epocha, tinha importação de Lisboa na importancia de 42.000\$000 réis, hoje as importações e exportações da metropole sobem a 2.000 e tantos contos, e temos para ali uma carreira commercial de barcos a vapor; por consequente, não é no commercio nem nos rendimentos publicos que n'uma e n'outra provincia tem augmentado progressivamente, e em Angola de uma maneira mais pronunciada, que nós devemos procurar o mal (*apoiados*).

Aonde está por consequente este mal, que asphyxia estas provincias, que estão quasi nas circumstancias de ninguém as querer, nem poder governar?

Fosse-se franco e dissesse-se a verdade á nação, custe o que custar (*apoiados*).

O mal está no tratado de 3 de julho de 1842, que fizemos com a Inglaterra, e nas estações navaes que por este tratado fomos obrigados a conservar nas duas Africas (*apoiados*).

Foram as estações navaes quem consumiram todos os rendimentos das duas provincias (*apoiados*), foram as estações navaes quem consumiram o fundo do cofre dos defuntos e ausentes e dos orphãos. E deve por esta occasião dizer, que tambem elle, orador, como governador e juiz de direito n'aquella provincia poz mão sacrilega sobre estes fundos, mas foi a isso levado pela força das circumstancias, e para fazer frente ás despesas extraordinarias que pesavam sobre aquella provincia, occasionadas pelas mesmas estações navaes, e por orden expressas do governo da metropole a tal respeito. Foram pois as estações navaes quem occasionaram a enorme divida aos particulares de réis 240.000\$000 sobre a provincia de Angola, e cento e tantos sobre a provincia de Moçambique (*apoiados*), divida sagrada, e que o estado deve pagar (*apoiados*), assim como os prejuizos que os honrados agricultores e proprietarios de Mossamedes e de Angola Francisco Antonio Flores, e Bernardino (chefe da colonia de Mossamedes) soffreram nos seus estabelecimentos com as modernas invasões dos cafres (*apoiados*), estabelecimentos que deviam e devem ser protegidos e encorajados pelo governo da metropole (*apoiados*).

Na estação naval de Angola ainda existem a corveta *Goa*, o brigue *Pedro Nunes*, e a escuna *Cabo Verde*; e na de Moçambique os brigues *Villa Flor*, *D. João de Castro*, e a escuna *Angra*.

Os brigues *Villa Flor* e *D. João de Castro* são improprios para tudo, navegam mal, são pessimamente construidos, e só servem para gastar dinheiro e concorrer pela sua nullidade, para o estado em que se acha a provincia de Moçambique. A escuna *Angra* está nas mesmas circumstancias, levou de Lisboa a colonia para a bahia do Bembe, e o commandante d'ella, Jeronymo Romero, habei e audaz official da nossa marinha de guerra, teve, no alto mar, de a armar em brigue, porque não navegava nada, para poder cumprir, como cumpriu, a honrosa commissão de que se achava encarregado: por consequente o cruzeiro em Moçambique é inutil e vexatorio, e em Angola suppõe que será o mesmo.

Para Moçambique é convenientissimo que marche o vapor *Maria Anna*, que o nobre visconde de Sá mandou fazer em Inglaterra (*apoiados*), para este serviço que marche igualmente o vapor *Lazarim*, que se está a concluir no nosso arsenal; com estes vapores, notasse a camara, poder-se-ha substituir o cruzeiro, e o serviço da provincia será mais perfeito e mais proveitoso (*apoiados*), e os rendimentos d'aquella colonia crescerão, porque haverá um meio de reprimir o espantoso contrabando feito por pangaes de arabes de Zanzibar e Bombaim, n'aquella immensa e desguarnecida costa (*apoiados*).

Para Angola julga conveniente que se mandem outros dois vapores pelos mesmos motivos, e para entreter as relações rapidas da autoridade central com os districtos, e fiesmo para facilitar as relações commerciaes em toda a costa d'aquella provincia (*apoiados*). Não se assusta muito com a guerra dos cafres, e está convencido que, logo que o governo mande o dinheiro necessario para aquella provincia, tudo entrará na ordem (*apoiados*). E para justificar esta sua asserção ia contar á camara o que lhe aconteceu com esta mesma guerra quando governou a provincia de Moçambique.

Portugal, depois do decreto de 10 de dezembro de 1836 sobre a escravatura, que honra e enobrecer os seus auctores (o sr. *Avila* e outros srs. deputados—apoiados), tem cumprido religiosamente, e com grandes sacrificios de dinheiro e de sangue, o tratado de 3 de julho de 1842 (*apoiados repetidos*).

Tem gasto mais de 4.000.000/000 réis com as estações navais, e o sangue dos seus melhores marinheiros (*apoiados*).

Portugal levou por este espirito civilizador e humanitário da raça negra as colonias de Moçambique e Angola á triste condição em que se acham (*apoiados*).

Exemplo raro de dedicação a tal causa (*muitos apoiados*).

Restava agora ver como as nações civilizadas responderam a esta cruzada humanitária.

Em 1840 foi governar Moçambique o honrado general Marinho; o governo da metropole, recomendou-lhe muito o exacto cumprimento do decreto de 10 de dezembro de 1836, entregando isto á sua honra e reconhecida probidade; pouco depois que este general chegou a Moçambique, aportaram ali duas corvetas da ilha de Cuba, para carregar negros, a corveta *Relampago* e a corveta *Gloria*; como estas embarcações levavam todos os indícios da escravatura, pipas para aguada, ferros para os negros, taboado para segunda coberta, e caldeiras e tudo mais proprio para este commercio, o governador apressou estas embarcações; empregaram-se em Moçambique todos os meios seductores para que o governador deixasse estas embarcações, mas elle foi surdo a tudo, remetteu-as para Lisboa; a corveta *Relampago* entrou na nossa armada, mas a *Gloria* com admiração do paiz foi reclamada pelo governo hespanhol, e n'um bello dia, entrou no Tejo uma corveta de guerra hespanhola, a *Gloria* arrou a bandeira portugueza, içou a hespanhola, e saiu barra fóra, em companhia d'aquella corveta.

Em 1847 foi prisioneira nas ilhas de Angoche, pelo brigue de guerra *D. João de Castro*, uma barca americana (Estados Unidos) *Mohogom*, que foi encontrada, como as corvetas hespanholas, com todos os indícios de escravatura; o governo americano exigiu uma reclamação em dinheiro, e em 1849 duas corvetas d'aquella nação, que cruzavam no Mediterraneo, vieram ao Tejo encorajar esta reclamação; o governo pagou o que pediram, e em quanto a outra reclamação, sobre um brigue queimado no Fayal por um corsario, houve a arbitragem do imperador dos francezes (então presidente da republica), que decidiu a nosso favor.

Toda a camara sabe a historia do *Charles e Georges*, e o desfecho arbitrário e violento d'este negocio; foi um dia de luto para o honrado povo portuguez (*muitos apoiados*). Presentemente consta-lhe que existe dentro das pastas dos srs. ministros uma reclamação do governo inglez pelo brigue *Herard*, prisioneiro em Lourenço Marques.

A vista d'isto vae a camara como Portugal tem cumprido os tratados, e como as outras nações nos encorajam para continuar a cumpri-los. Sempre violencias contra nós! (*repetidos apoiados*).

Agora por fim chama a attenção do governo e da camara sobre a viagem do doutor Livingston, no rio Zambeze, na companhia do Norman Bidingfield, official da marinha real britannica, de John Kirk, medico e botânico, Charles Livingston, pratico na cultura do algodão e machinas, e Richard Thomás Baines, engenheiro mechanico e pratico.

Tem graves apprehensões sobre estas viagens, e queira Deus que grandes perigos não estejam pairando sobre a provincia de Moçambique (*apoiados, tem rasto*) depois das instrucções que o governo inglez deu áquelle andaz explorador (*apoiados*).

Como tem uma interpeção pendente nada mais dirá sobre este assumpto, reservando-se a fazer-lhe quando ella venha a lume. E termina aqui approvando o parecer que vota os meios para a provincia de Angola (*apoiados, muito bem muito bem*).

(O orador foi cumprimentado por muitos srs. deputados.)

O sr. *Thomás de Carvalho*:—requer que a materia se julgue discutida.

O sr. *Ministro das obras publicas* (Antonio de Serpa):—manda para a mesa uma proposta de lei, que fica para segunda leitura.

A proposta do sr. *Ferreri* é admittida á discussão.

É approvado o requerimento do sr. *Thomás de Carvalho*.

O sr. *Arrobas* (para um requerimento):—declara que tendo feito quantas diligencias podia para mostrar que não queria fazer censura ao governo com a proposta que mandou para a mesa, a fim de se proceder a um inquerito parlamentar, sobre os negocios do ultramar, e vendo que, apesar d'isso, o governo até acabar o debate insistiu em considerar como censura a sua proposta, declarando a questão ministerial, vae retirar essa proposta, porque do modo que o governo encorrou a questão não é a commissão de inquerito o assumpto que se vae votar, mas uma questão puramente politica: ora, não sendo os fins d'elle, orador, faz politica com questões de tal importancia no ultramar, e para evitar, pelos meios que lhe restam, que o governo a faça, vê-se obrigado a pedir á camara o retirar a sua proposta.

É permittido que retire a sua proposta.

Posto a votos o projecto, é approvado.

A proposta do sr. *Afonseca*, é rejeitada.

A do sr. *Abranches*, é expedida pela mesa ao governo.

A do sr. *Castro Ferreri*, considerada como um projecto de lei, é remittida á commissão a pedido do seu auctor.

O sr. *Presidente*:—dá para ordem do dia de amanhã a mesma que vinha para hoje e mais o projecto n.º 42, concedendo um beneficio a qualquer empreza de navegação a vapor no rio Sado, entre Setubal e Alcazar do Sal, e levanta a sessão.—*Erão quatro horas e um quarto da tarde*.

Relação dos srs. deputados que, na sessão de 18 de julho, estiveram presentes á chamada feita á meia hora depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Balduino, Braamcamp, Alves Martins, Antonio de Carvalho, Correia Caldeira, Antonio Eleuterio, Antonio Feio, Gouveia Osorio, Avila, Barros e Sá, Henriques Secco, Couto Monteiro, Pequeto, Roballo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Vaz da Fonseca, Peixoto, Palmeirim, Xavier da Silva, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Abranches, Carlos Bento, Castro Ferreri, Cyrillo Machado, Ramiro Coutinho, C. J. Nunes, conde da Torre, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Faustino da Gama, Mousinho de Albuquerque, F. Coelho do Anaral, Diogo de Sá, F. J. da Costa e Silva, Gavicho, F. Pinto Tavares, Soares Franco, Palma, Jacinto de Andrade, Ferraz de Miranda, Mello e Minas, J. J. de Azevedo, Mello Soares, Rebello Cabral, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Sousa Machado, Neutel, Pinto de Magalhães, Faria Guimarães, José Antonio Maia, Silva Cabral, Infante Pessanha, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Alarcão, Lacerda (D. José), J. Maria da Costa e Silva, Mello Gouveia, Julio do Carvalhal, Justino de Freitas, Abaim, Camara Leme, Mendes de Vasconcellos, Luiz Pinto Tavares, Afonseca, Seixas Penetra, Rocha Peixoto, Pinto Martins, Pedro Roberto, Placido de Abreu, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Nogueira Soares, Simão de Almeida, Ferrer, visconde de Pindella, visconde de Portocarrero.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Feira—Foi tal a copia de agua, que no sabbado 9 do corrente caiu n'este concheo, diz o *Campêdo das Provincias*, que, alem de outros estragos, chegou a arrasar campos de milho, parecendo um verdadeiro diluvio. Era tão grande a enchente, que entrando n'uma mina, na freguezia de Lobão, onde se achava um trabalhador, morreu ali este debaixo das suas ondas.

Porto—O *Jornal do Norte*, dando conta da ultima sessão de assembléa geral que celebrou a companhia de mineração *perseverança*, diz que a nova direcção ficou composta dos srs. visconde de Castro Silva, Joaquim Ferreira Monteiro Guimarães, João Antonio de Miranda Guimarães, Antonio José de Sousa e Silva, e Alfredo Allen.

O estado d'esta companhia, escreve ainda o citado jornal, promette a seus accionistas um futuro muito lisonjeiro, garantido na valiosa importancia de suas minas de antimonio e estanho, sitas em Valongo e Rebordosa; não só pela superior qualidade e prompta venda d'estes dois minerais, como tambem pela abundancia já reconhecida nas minas em lavra.

O *Nacional* diz que o sr. visconde de Castro Silva vae estabelecer uma fabrica de sabão em Villa Nova de Gaya, e acrescenta:

«É uma industria creada pela extincção de um monopolio, que promette prosperidade. Só no districto do Porto temos já a fabrica do sr. Simão Ferreira em Penafiel, a do sr. Velludo no Freixo, e a do sr. Thomás Joaquim Dias na Boa Vista, em Campanhã.»

Guimarães—Já ha dias, diz o *Jornal do Norte*, mencionamos os melhoramentos que, depois da abertura das novas estradas, se notam mais sensivelmente n'esta cidade. Mas, segundo nos consta, ainda veremos mais dentro em pouco tempo: vae offerecer-se um emprestimo para o melhoramento das ruas.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 15 do corrente, e de Paris até 13.

Os jornaes hespanhoes publicam os seguintes DESPACHOS TELEGRAPHICOS
Despachos dados pela *Correspondencia de Espana*:

Napoles, 13 de junho—A marinha real capturou dois vapores que levavam tropas, armas e munições para os revoltosos.

A tranquillidade não foi ainda alterada. O governo mandou armar todos os navios de transporte para os empregar exclusivamente no serviço de cruzeiros.

Turim, 13—O marechal Vaillant saiu de Milão, acompanhado pela municipalidade. A guarda nacional fechou o cortejo. Em Magenta, Novara e outros pontos diferentes fez-se-lhe uma recepção verdadeiramente regia.

Regressaram a Palermo os marqueses de Toscana e Rocaforte, e o conde Manzoni, emigrados sicilianos.

Vienna, 13—O jornal official publica um decreto relativo ao reino venesiano, concedendo voto deliberativo em vez de consultivo á congregação central lombardo-venesiana, exceptuando a parte relativa aos direitos do estado, á approvação dos orçamentos e ás questões definitivas dos fundos provinciais.

Brevemente será publicado o peccer re lativo á situação da divida do estado.

Londres, 10—Lord Palmerston declarou nas camaras que a Austria negou-se a intervir a favor do rei de Napoles, e acrescentou que tinha razões para crer que o governo francez fez o mesmo. Depois disse que o governo napolitano tinha enviado um agente diplomatico a Paris e a Londres.

O governo inglez, acrescentou lord Palmerston, manifestará ao enviado todo o horror que lhe inspiraram as atrocidades e o bombardeamento de Palermo, ainda que não confia que esta manifestação exerça influencia no modo de proceder do governo napolitano.

Todos os jornaes fallam do projecto de reforma. Uns elogiam o governo, e outros censuram a resolução que elle adoptou. O *Times* mette a questão a ridiculo, dizendo que o projecto de reforma é o decimo ou decimo quinto d'este nome, e que exhalou o derradeiro suspiro nos braços de lord John Russell.

Paris, 13—Chegou o enviado napolitano. Depois da sua entrevista com o imperador partirá para Londres.

O *Constitutionnel* qualifica de tardias as concessões politicas que offerece o rei de Napoles.

Paris, 15—A revista passada pelo imperador esteve magnifica. Assistiram a ella a princeza Maria, da Russia, e seus dois filhos. Em consequencia do fausto acontecimento que motivou este festejo nacional, o ministro dos negocios estrangeiros, mr. Thouvenel, foi agraciado com o cordão da legião de honra.

Paris, 15—O banco de França augmentou o seu numerario em 19 1/2 milhoes de francos, e diminuiu em 30 3/4 os valores em papel.

Dresde, 14—O principe regente da Prussia convidou o rei para assistir ao congresso de soberanos em Baden.

Turim, 14—O governo apresentou um projecto de lei para se contrahir um emprestimo de 150 milhoes.

Londres, 15—Sir Kinglake perguntará na camara a lord John Russell, como é que a França tenciona pôr em execução o artigo 2.º do tratado de cessão da Saboya.

PIEMONTE

Os jornaes de Turim transcrevem nas suas columnas o discurso pronunciado no senado piemontez pelo conde de Cavour, no debate sobre o tratado de cessão. A parte mais importante d'esse discurso é a seguinte:

«Não podemos seguir o exemplo dos nossos antepassados: não podemos fluctuar entre a França e a Austria. Um tal systema era possivel quando existia uma antipathia absoluta e necessaria entre estas duas potencias, quando não havia antipathia absoluta entre nós e a Austria. Hoje a influencia na Europa não se divide como antigamente entre a França e a Austria: outras potencias se engrandeceram, e graças a esta elevação, o antagonismo da França e da Austria tornou-se desnecessario. Nós não podemos proseguir n'uma politica duvidosa, porque não temos a certeza de que a nossa alliança seja procurada por um ou outro dos dois estados. Não podemos seguir tal politica, porque uma alliança com a Austria, em quanto ella tiver o pé na Italia, em quanto existir um parlamento italiano, em quanto sobre este throno estiver sentado um descendente de Carlos Alberto, não é possivel. Assim nada de isolamento, nada de politica duvidosa, nada de alliança com a Austria: só uma cousa é possivel, a alliança com a França.» (*La Presse*.)

SICILIA

Uma nova correspondencia de Palermo dá ainda os seguintes promeiros relativos ao fim do combate dos sicilianos e dos voluntarios de Garibaldi

com as tropas reaes, e á primeira entrevista do general com os delegados do general Lanza:

«Depois do combate do dia 27, no qual Garibaldi, á testa dos seus caçadores, entrou pela porta S. Antonino até ao centro da cidade, as tropas reaes, abandonando as posições que occupavam vieram concentrar-se no quartel general. Ellas formavam assim uma linha que se prolongava desde S. Francisco de Paula até aos quartéis dos Quatro-Ventos, situados defronte da prisão chamada d'estado.

«A noite, esta linha foi ainda atacada e vencida, e a general Lanza retirou-se para o palacio do rei ao sul da cidade, achando-se assim separado da fortaleza portoda a cidade insurreccionada. Tal era a situação das tropas na manhã do dia 28.

«A noite, os insurreccionados atacaram o palacio real, conseguindo introduzir-se no palacio do arcebispo, de onde faziam fogo sobre os soldados que foram obrigados a abandonar o palacio do thesouro, e o do ospitalite em que até então se haviam conservado.

«29 de maio—As tropas continuam a conservar-se no palacio e na fortaleza, em quanto que Garibaldi, estabelecido na casa da camara, adopta diferentes medidas, a fim de organizar e continuar a luta. Entre outras cousas, elle decreta a formação de uma guarda nacional, e uma subscrição para acudir ás despesas da guerra. Uma commissão provisoria da guerra é encarregada de proceder aos alimentos. O doutor Vicenzo Hacalessio é nomeado commissario da provincia de Girgenti. Uma carta chegada d'esta ultima cidade diz que as tropas que ali se achavam fraternisaram com os habitantes.

«Os insurreccionados apoderaram-se de quatro peças de artilheria, e de uma peça de calibre 12, que encontraram no quartel das prisões, abandonada pelos napolitanos. Os cinco vapores que partiram no dia 28 para a bahia de Termini, regressaram a Palermo sem poderem desembarcar os 1.000 homens que tinham a bordo. A noite estas tropas fizeram uma tentativa infructuosa para irem socorrer o general Lanza.

«As nove horas da noite a fortaleza começou de novo a fazer fogo, e declarou-se um formidavel incendio nas visinhanças da praça de S. Domingos. Calcula-se em tres mil o numero das bombas que foram arrojadas contra a cidade, desde o dia 27 ás seis horas da manhã. Mais de cem caíram nos passeios, fazendo estragos sensiveis nas lojas.

«30 de maio—As tropas que o jornal official das *Duas Sicilias* dizia terem ido em perseguição de Garibaldi regressaram de Pareo, e foram recebidas em *Porta real*, pelos soldados commandados por La Massa. Uma proclamação de Garibaldi chama todos os sicilianos ás armas.

«As duas horas chegou uma carruagem com uma bandeira branca. O general Letizia e o brigadeiro Christiano, delegado pelo general Lanza, saíram d'essa carruagem, e acompanhados por Garibaldi, foram para bordo da nau ingleza Hannibal onde estavam, alem do almirante Mundy, o commandante da *Vauban*, e o da fragata americana *Siroquois*.

«O general Letizia declarou então que estava encarregado de pedir um armistício, e propoz as seguintes condições: conservação das posições respectivas; facultade de se prestar auxilio aos feridos, e fazer-lhes transportar para bordo dos navios; poderem ser enviados viveres ao hospicio dos pobres.

«Pedi, alem d'isto, que a municipalidade dirigisse ao commissario real uma supplica, a fim de solicitar a concessão das reformas e das instituições necessarias ao paiz.

«Garibaldi concedeu os primeiros pontos, porem não accedeu ao ultimo. Tal foi o resultado das conferencias.

«Durante o armistício foram mandados para bordo dos navios napolitanos os feridos das tropas reaes. «Na cidade continuavam os preparativos de defesa. As ruas estavam cubertas de barricadas, todos os homens estavam em armas.»

(*Correspondencia Havas*.)

NOTICIAS SCIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO

INSTRUMENTOS D. LOPEZ

NA ESCOLA POLYTECHNICA

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-17	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,17	17,0	58,7	E.
3 t.	754,19	18,4	57,2	OSO.

Maxima—temperatura.....	19,8 C.
Minima.....	12,3 "
Ozone (de noite).....	5,5 "
Ozone (de dia).....	5,0 "
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	7,3 "
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
JUNHO-18	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	752,86	20,4	75,5	OSO.
3 t.	752,94	20,9	74,1	SO.

Maxima—temperatura.....	21,4 C.
Minima.....	12,6 "
Ozone (de noite).....	5,0 "
Ozone (de dia).....	5,5 "
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vapormetro).....	6,3 "
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

NOTICIAS COMMERCIAES

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 17 de junho

	EMBARCAÇÕES ENTRADAS	EMBARCAÇÕES SAIDAS
Divina Providencia, hiate portuguez, mestre S. J. Salgado, de Villa Nova de Portimão, em 7 dias, com chumbo e cepa; 8 pessoas de tripulação e 8 passageiros, que são: João Gregorio, Francisco Lourenço, Manuel Ferreira, Antonio Joaquim, Joaquim de Sant'Anna, José Luiz, Joaquim Antonio, Manuel Lourenço, maritimos portuguezes.		
Prus Oscar, brigue sueco, capitão C. A. Hartzell, de Stockholm em 39 dias, com madeira e mais generos, a Engeströn e comp.; 10 pessoas de tripulação.		
Senhor dos Passos, hiate portuguez, mestre A. J. Marques, de Setubal em 2 dias, com carvão; 7 pessoas de tripulação.		

Sultan, paquete inglez a vapor, capitão N. Cook, para a barra do Porto, Vigo o Southampton, com fazendas, fructa e dinheiro; 71 pessoas de tripulação e 71 passageiros.

Heroine, escuna ingleza, capitão G. Greenhand,

para Gibraltar, com bacalhau; 6 pessoas de tripulação.

Flor do Sado, bateira, mestre J. M. Gouveia, para Setubal, em lastro; 6 pessoas de tripulação.

Vasco da Gama, hiate portuguez, mestre A. S. e Silva, para Sines, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Conceição Feliz, rasca, mestre G. da Costa, para a Ericeira, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Dia 18

Senhor do Bomfim, cahique portuguez, mestre J. T. Viegas, de Olhão em 5 dias, com peixe salgado; 10 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás dez horas da noite.

Feliz Pensamento, hiate portuguez, mestre A. J. Felix, de Setubal em 2 dias, com lenha; 6 pessoas de tripulação. Entrou e deu fundo hontem ás onze horas da noite.

Senhora da Conceição, cahique portuguez, mestre J. Lopes, de Olhão em 4 dias, com peixe salgado; 14 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: João Correia, Manuel da Cruz, José Maria, maritimos; Manuel Joaquim, ferreiro; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAIDAS

Loureira 1.º, hiate portuguez, mestre J. Lopes, para o Porto, com ferro, arroz, e mais generos; 7 pessoas de tripulação. Foi registrado hontem, e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Paço d'Arcos.

Aigle, hiate francez imperial a vapor.

Lusitania, escuna franceza, capitão J. B. Boisvion, para o Havre de Grace, com diferentes generos; 9 pessoas de tripulação.

Senhora do Pilar, rasca, mestre S. S. Marques, para a Vieira, em lastro; 9 pessoas de tripulação.

Anunciação, rasca, mestre M. Joaquim, para a Vieira, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 18 de junho de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 18 de junho—3 por cento consolidado a 49,60—3 dito differido 39,70.

Bolsa de Paris, em 18 de junho—3 por cento francez a 69—4 1/2 dito 97,05.

Bolsa de Londres, em 18 de junho—Consolidados de 93 3/8 a 93 1/2.

AVISOS

CASAS DE ASILLO DA INFANCIA DESVALIDA DE LISBOA

O conselho de direcção recebeu dos ill.ºs srs. Bernardo Miguel de Oliveira Borges, Sobrinhos, a quantia de 35.000 réis, pelos juros correspondentes ao 1.º semestre do corrente anno, das duas inscrições com coupons n.ºs 5327 e 5328, de que os ill.ºs srs. Lima e Irmãos, da cidade da Bahia, fizeram donativo a estes pois estabelecimentos, e de que trata o annuncio publicado no *Diário de Lisboa* n.º 109, de 12 de maio proximo passado.

Lisboa, 11 de junho de 1860.

ASILLO DA INFANCIA DESVALIDA DO CAMPO GRANDE

A commissão fundadora annuncia que recebeu hoje do ill.º sr. Antonio Gomes da Cunha a quantia de 1.000.000 de réis, com que o mesmo sr. quiz beneficiar este estabelecimento de caridade.

Lisboa, 18 de junho de 1860.—O thesoureiro, João Baptista-Massa.

ASILLO DE MENDICIDADE

Tendo sido coroada com o mais feliz resultado a corrida de touros, que hontem teve logar na praça do campo de Santa Anna a favor d'este pio estabelecimento, a sua administração, em quanto não lhe é possivel poder annunciar a conta da sua receita e despeza, entende que faltarão ao seu dever se por ventura deixasse de dar desde já um publico testimonio do seu mais expressivo reconhecimento e gratidão tanto a todas as pessoas que tão louvavelmente se prestaram a concorrer para este justo fim, como, com muita especialidade, ao ill.º sr. João Vicente de Almeida, que não só se dignou offerecer de um modo tão generoso e bizarro uma praça completa de dezesseis dos seus bravissimos e excellentes touros para serem corridos gratuitamente n'esta tarde, mas até para que esta sua acção fosse em tudo igual e digna de si, mandou comprar de proposito um jogo de cabrestos, a fim de conduzir o seu gado á praça, o que ainda tornou muito mais valiosa esta sua offerta; finalmente, a administração do asylo aproveita com todo o gosto o presente enseo para testemunhar os devidos agradecimentos aos dignos commandantes dos regimentos de infantaria n.ºs 2 e 7 pela boa vontade com que sempre prestam gratuitamente as suas excellentes bandas de musica para virem tocar nos beneficios d'esta casa de beneficencia.

Lisboa, 18 de junho de 1860.

MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quarta-feira 20 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 2 de junho de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

MONTE PIO UNIÃO

Terça-feira 19 do corrente, ás oito horas da tarde, reúne a assembléa geral para se proceder á eleição de presidente, vice-presidente, secretarios e vogaes da commissão administrativa.

Sala das sessões, 14 de junho de 1860.—O secretario, F. A. Sotto Maior Raposo.

PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

REVISTA CONTEMPORANEA

DE PORTUGAL E BRAZIL

Publicou-se o 1.º n.º do 2.º anno d'este jornal, contendo os seguintes artigos:
Sua Magestade El-Rei o senhor D. Fernando, por Ernesto Biester.

A renascença e o mosteiro da Batalha (fragmento de um livro inedito), por A. P. Lopes de Mendonça. Salvador e Magdalena, romance por Julio Cesar Machado.

Volts, poesia, por Bulhão Pató.

Galeria de Navegadores celebres, por F. M. Boddallo.

O Campino, por J. da S. Mendes Leal Junior.

A Liga das Alfandegas peninsulares, por J. Pimentel.

Chronica, por Ernesto Biester.

Illustra este n.º o retrato de Sua Magestade El-Rei o senhor D. Fernando, gravado pelo sr. Sousa; e uma estampa